

AB Concessões S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	9
Balancos patrimoniais	13
Demonstrações dos resultados	14
Demonstrações dos resultados abrangentes	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstrações dos fluxos de caixa	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras	18

Relatório da Administração 2021

AB Concessões S.A.

A AB Concessões está sediada em São Paulo – Capital e tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades como acionista ou quotista, cujo objeto social seja a exploração de rodovias por meio de concessões públicas, ou por meio de outras modalidades de investimento, como a subscrição ou aquisição de debêntures, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários emitidos por sociedades direta ou indiretamente atuantes no setor de concessões rodoviárias.

A AB Concessões, criada em 2012, é uma holding controlada pelo grupo italiano Atlantia, atualmente o maior grupo no segmento de operação de rodovias da Itália e que, em conjunto com suas subsidiárias, caracteriza-se por um dos maiores players do segmento no mundo, atuando na gestão de quatorze mil quilômetros de rodovias na Itália, França, Espanha, Brasil, Chile, Índia e Polônia.

A AB Concessões é responsável pelas concessionárias paulistas Rodovias das Colinas (100%), Triângulo do Sol (100%) e, no Estado de Minas Gerais, pela Nascentes das Gerais (100%).

Os relatórios individuais de cada Concessionária do Grupo AB Concessões estão disponíveis para consulta no sítio eletrônico da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e nos sítios eletrônicos de relações com investidores das respectivas Companhias.

Destaques do ano de 2021

1. Desempenho Financeiro e Operacional das Concessionárias (100% Controladas)

Rodovias das Colinas

A receita com arrecadação de pedágio da Companhia no ano de 2021 teve um aumento de 15,8% em relação ao ano de 2020, o valor foi de R\$ 622.229 mil.

A receita líquida¹ no ano de 2021 foi de R\$ 575.902 mil (+15,7%).

O tráfego da Companhia em 2021 foi de 57.821 mil de eixos equivalentes², volume 8,5% acima do tráfego registrado no ano de 2020.

O EBITDA ajustado³ da Companhia foi de R\$ 421.222 mil no ano de 2021 (+11,6%).

O número de veículos que transitaram pelas rodovias da Concessionária aumentou em 9,4% em 2021.

No ano de 2020, o tráfego da Companhia foi afetado pelas medidas de isolamento social decorrentes da pandemia do COVID-19. No Estado de São Paulo foi decretado desde 21 de março de 2020 quarentena para serviços não essenciais em todos os 645 municípios do Estado. Somente serviços essenciais das áreas de saúde, alimentação, abastecimento, segurança, limpeza e bancos estariam autorizados a funcionar. Essas e outras medidas afetaram majoritariamente o tráfego.

No ano de 2021, com o início da vacinação e medidas de isolamento social menos rígidas, o tráfego da Companhia apresentou recuperação (+9,4%), no entanto, a Companhia ainda não atingiu os níveis de tráfego de 2019 (pré-pandemia).

¹ Exclui as Receitas de Construção

² Eixo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de eixo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em eixos equivalentes de acordo com o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

³ O EBITDA ajustado é calculado a partir do EBITDA, excluindo provisão para manutenção de rodovias. A Administração da Companhia entende que o EBITDA Ajustado é um indicador mais adequado para análise do desempenho econômico operacional da Companhia, já que exclui as alterações contábeis sem efeito caixa que podem afetar pontualmente os resultados. A Margem EBITDA ajustada é a divisão entre o EBITDA ajustado e a Receita Líquida (excluindo a receita de construção).

O tráfego da Companhia tem sua maior concentração nas rodovias SP-280 (Castello Branco) e SP-075 (Santos Dumont), as quais representam aproximadamente 61,7% do volume de tráfego total, em eixos equivalentes.

O corredor da Rodovia SP-280 é uma importante via de ligação entre a região que engloba o Centro e Oeste do Estado de São Paulo e o Estado do Mato Grosso do Sul, grandes produtoras de commodities do agronegócio, e a região metropolitana da cidade de São Paulo e o Porto de Santos, sendo cerca de 61,6% do seu tráfego representado por eixos pesados.

Na Rodovia SP-075, o tráfego é representado, em grande parte, pelo deslocamento regional entre as cidades no entorno de Campinas e Sorocaba, bem como pelo tráfego para o Aeroporto de Viracopos, sendo que os eixos leves representam 57,0% do seu tráfego total.

Em 2021, a tarifa média⁴ por eixo equivalente da Companhia foi de R\$ 10,76, o que representa um crescimento de 6,8% em relação ao ano de 2020.

Triângulo do Sol

A receita com arrecadação de pedágio da Companhia em 2021 foi de R\$ 603.836 mil, 12,3% acima do observado em 2010 (R\$ 537.853mil).

A receita líquida⁵ em 2021 foi de R\$ 565.393 mil (+11,8%).

O tráfego da Companhia em 2021 foi de 43.629 mil de eixos equivalentes⁶, ante 41.442mil em 2020 (+5,3%).

O EBITDA ajustado⁷ em 2021 foi de R\$ 371.142 mil, contra R\$ 364.317 mil em 2020 (+1,9%).

Com o fim das medidas restritivas, o número de veículos que transitaram pelas rodovias da Companhia em 2021 foi de +6,7% em comparação à 2020.

Desde junho de 2017, o tráfego de veículos leves e pesados vinha apresentando sinais consistentes de recuperação e crescimento. Entretanto, a receita da Companhia acabou negativamente impactada pelo início da isenção da cobrança de pedágio sobre os eixos suspensos (revogação da SLT 4, de 22 de julho de 2013) que, conforme publicação no DOESP do dia 31 de maio de 2018, “o equilíbrio das equações econômico-financeiras subjacentes aos contratos de concessão do Estado de São Paulo, na extensão em que afetado pelo disposto por esta resolução (SLT 4 de 30 de maio de 2018), será recomposto nos termos da resolução ST 2 de 11 de março de 2005”.

No ano de 2020, o tráfego da Companhia foi afetado pelas medidas de isolamento social decorrentes da pandemia do COVID-19. No Estado de São Paulo foi decretado desde 21 de março de 2020 quarentena para serviços não essenciais em todos os 645 municípios do Estado. Somente serviços essenciais das áreas de saúde, alimentação, abastecimento, segurança, limpeza e bancos estariam autorizados a funcionar. Essas e outras medidas afetaram majoritariamente o tráfego.

⁴ A tarifa média é obtida através da divisão entre a receita de pedágio e o número total de eixos equivalentes.

⁵ Exclui as Receitas de Construção

⁶ Eixo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de eixo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em eixos equivalentes de acordo com o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

⁷ O EBITDA ajustado é calculado a partir do EBITDA, excluindo provisão para manutenção de rodovias. A Administração da Companhia entende que o EBITDA Ajustado é um indicador mais adequado para análise do desempenho econômico operacional da Companhia, já que exclui as alterações contábeis sem efeito caixa que podem afetar pontualmente os resultados. A Margem EBITDA ajustada é a divisão entre o EBITDA ajustado e a Receita Líquida (excluindo a receita de construção).

O tráfego da Companhia tem sua maior concentração na rodovia SP-310 (Washington Luís), que representa aproximadamente 62,4% do volume de tráfego total, em eixos equivalentes. O corredor da Rodovia SP-310 é uma importante via de ligação entre as regiões noroeste do Estado de São Paulo e Centro Oeste do Brasil, grandes produtoras de commodities do agronegócio, e a região metropolitana da cidade de São Paulo e o Porto de Santos.

A tarifa média⁸ por eixo equivalente da Companhia foi de R\$ 13,84, o que representa um crescimento de 6,6% em relação ao ano de 2020.

Nascentes das Gerais

A receita com arrecadação de pedágio da Companhia no ano de 2021 aumentou 16,6% em relação ao ano de 2020, alcançando R\$ 159.193 mil.

A receita líquida⁹ no ano de 2021 foi de R\$ 162.090 mil (+13,1%).

O tráfego da Companhia em 2021 foi de 24.234 mil de eixos equivalentes¹⁰, volume 11,3% maior que o tráfego registrado no ano de 2020.

O EBITDA ajustado¹¹ em 2021 foi de R\$ 97.251 mil (+7,2%).

O crescimento no volume de tráfego observado nos últimos anos se deu em função dos investimentos e melhorias realizados na Rodovia MG-050, e também pela retomada da atividade econômica regional de alguns setores específicos, tais como o transporte de calcário, minério, cimento e madeiras. O tráfego é representado, em grande parte, pelo deslocamento regional entre as cidades lindeiras à rodovia.

Porém, o tráfego de 2020 da Companhia foi afetado pelas medidas de isolamento social decorrentes da pandemia do COVID-19 e as medidas de restrição de circulação que foram aplicadas no Estado onde está localizada a rodovia. No Estado de Minas Gerais foram decretadas desde 22 de março medidas emergenciais de restrição e acessibilidade a determinados serviços e bens públicos e privados.

2. Investimentos

No ano de 2021, as Concessionárias controladas pela AB Concessões realizaram os seguintes investimentos:

Rodovias das Colinas

Em 2021, a Concessionária realizou as Funções de Conservação de Rotina, conforme previsto no Contrato, a fim de manter o conforto, a fluidez e principalmente a segurança dos usuários da rodovia.

Triângulo do Sol

Após a conclusão dos investimentos em ampliações, a Triângulo do Sol vem mantendo ao longo dos anos, o seu compromisso com os usuários da rodovia, realizando diversas ações a fim de manter os melhores padrões em segurança, conservação e monitoramento da rodovia, conforme previsto em contrato.

⁸ A tarifa média é obtida através da divisão entre a receita de pedágio e o número total de eixos equivalentes.

⁹ Exclui as Receitas de Construção

¹⁰ Eixo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de eixo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em eixos equivalentes de acordo com o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

¹¹ O EBITDA ajustado é calculado a partir do EBITDA, excluindo provisão para manutenção de rodovias. A Administração da Companhia entende que o EBITDA Ajustado é um indicador mais adequado para análise do desempenho econômico operacional da Companhia, já que exclui as alterações contábeis sem efeito caixa que podem afetar pontualmente os resultados. A Margem EBITDA ajustada é a divisão entre o EBITDA ajustado e a Receita Líquida (excluindo a receita de construção).

Nascentes das Gerais

No ano de 2021, a Concessionária Nascentes das Gerais mais uma vez, vem aumentando seus investimentos na rodovia, de forma a entregar aos usuários uma rodovia mais segura, confortável e com plenas condições de trafegabilidade e principalmente mais segura. Neste sentido concluiu-se no ano de 2021 importantes investimentos no polo Divinópolis, sendo eles terceiras faixas, duplicações, dispositivos de entroncamento, estando estes já em fruição pelos usuários. Assim como no polo de Divinópolis, mas também no município de Piumhi e Itaú de Minas, grandes investimentos como duplicações, travessias e contornos urbanos, foram iniciados.

3. Governança Corporativa

Em alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa aplicadas no mercado, bem como recomendações emitidas pelos órgãos reguladores existentes, destacamos as principais práticas adotadas atualmente pela Companhia

Conselho de Administração

- O Conselho de Administração tem sua atuação definida no âmbito institucional da organização, atuando na fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, na análise dos relatórios da administração e prestação de contas da Diretoria, na convocação de assembleias, na aprovação do Plano de Negócios, entre outras atribuições.
- Formado por membros distintos da diretoria da Companhia, com experiência em finanças, operações rodoviárias e engenharia
- Com regimento referente a periodicidade de reuniões
- Com o cargo de presidente do Conselho ocupado por pessoa distinta da Direção do Negócio

Auditoria e Demonstrações Financeiras

- Auditoria Independente das Demonstrações Financeiras
- Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Transparência e Gestão

- Adoção de melhores práticas de divulgação de informações e resultados
- Política de divulgação e uso de informações que estabelece normas e procedimentos a serem observados na divulgação, por parte da Companhia, de atos e fatos relevantes
- Existência de website de Relações com Investidores para divulgação de forma transparente e tempestiva das informações e resultados da Companhia

4. Responsabilidade Socioambiental

Seguindo um sistema de gestão que maximiza o conceito de responsabilidade social, a AB Concessões investe em ações que valorizam a comunidade e o meio ambiente. Portanto, o investimento social privado do Grupo é direcionado especialmente para programas que valorizam a integridade, a segurança nas estradas e o bem-estar dos usuários e da comunidade de forma eficaz. Assim, realiza um trabalho de inteligência, no qual é produzido um estudo detalhado dos eventos no perímetro da malha rodoviária concedida e que tem sido a base para o desenvolvimento de projetos focados na redução de acidentes.

Com base nesses dados, uma equipe de profissionais altamente qualificados identifica as causas prováveis e elabora a estratégia a ser aplicada para evitar novos acidentes. Há também programas de redução e prevenção de acidentes, um trabalho preventivo no qual as concessionárias fazem investimentos em segurança viária em pontos que são diagnosticados como críticos. Os programas também promovem campanhas educativas em parceria com a Polícia Rodoviária.



Com foco nos caminhoneiros, o Grupo realiza ações gratuitas em diversas partes da malha rodoviária concedida. Na campanha “Caminhoneiro na Via”, estão disponíveis atividades para os caminhoneiros, como medição da pressão arterial, teste de diabetes, corte de cabelo, acuidade visual e orientações sobre saúde bucal. Além disso, os motoristas recebem orientações sobre direção segura, inspeção veicular e elétrica dos caminhões.



O Grupo AB Concessões levou a campanha “Motociclista na Via” a pontos com alta concentração de motociclistas. Nestes locais, itens de segurança são verificados nas motocicletas, e há a distribuição de folhetos com dicas de direção segura e fixação de adesivos refletivos em capacetes.



Os pedestres também estão sob os holofotes da AB Concessões. A campanha “Pedestre na Via” distribui panfletos com dicas de prevenção para evitar atropelamentos. Um café da manhã é oferecido aos usuários nas passarelas, que são instruídos a usar com prudência os cruzamentos sinalizados existentes nas rodovias bem como as passarelas.



Agentes em destaque nas rodovias, os usuários recebem atenção especial na campanha “Usuário na Via”, que visa reduzir o número de acidentes e aumentar a segurança nas rodovias. Ao longo do ano, com ênfase em feriados, férias e outras datas em que há maior fluxo de veículos nas estradas, intensifica-se o número de palestras, blitzes de informação e saúde e distribuição de folhetos com conteúdo de segurança, meio ambiente, entre outros.



Todos sabem que as crianças e jovens de hoje serão os impulsionadores do amanhã. Por isso, a AB Concessões desenvolve a campanha “Educação na Via”, que investe em ações de conscientização de crianças e jovens. Com atividades divertidas e o apoio da Polícia Rodoviária, crianças e adolescentes são informados das medidas de proteção ao usar as rodovias. Essas atividades acontecem em vários locais da via, comunidades lindeiras, e em escolas, quando equipes devidamente treinadas levam as informações aos alunos e professores.



Por meio desta campanha, a concessionária abre suas portas para grupos de visitantes conhecerem seu Centro de Controle Operacional (CCO) e também realiza palestras em empresas e escolas sobre segurança no trânsito e preservação ambiental. No “Comunidade na Via” são promovidas ainda ações em praças públicas e empresas, com prestação de serviços de saúde gratuitos e distribuição de materiais educativos.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Diretores da

AB Concessões S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da AB Concessões S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da AB Concessões S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve que o período de exploração do contrato de concessão da controlada Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. foi estendido para 22 de agosto de 2022 de acordo com o Termo Aditivo e Modificativo nº 25. A controlada Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. possui outros pleitos de desequilíbrios contratuais em discussão com o Poder Concedente que caso não haja reequilíbrio na modalidade de extensão de prazo, a controlada entrará em dormência. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 20X0 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 31 de março de 2021, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, emitiram relatório sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6



Fernanda A. Tessari da Silva
Contadora CRC 1SP-252905/O-2

AB CONCESSÕES S.A.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E
31 DE DEZEMBRO DE 2020**
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.087	50	572.088	552.316	Debêntures	10	-	-	202.457	471.496
Contas a receber	5	-	-	99.518	79.637	Passivo de Arrendamento		659	543	2.195	1.805
Contas a Receber de Partes Relacionadas	11	1.877	6.627	-	1.695	Fornecedores		3.471	5.317	71.206	66.033
Impostos a recuperar	6	982	577	15.665	10.413	Contas a pagar com Partes Relacionadas	11	167	370	802	1.005
Instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	66.292	161.851	Debêntures com partes relacionadas	11	174.783	-	-	-
Dividendos a receber	11	111.949	367.600	-	-	Obrigações fiscais		1.535	570	23.736	13.111
Outros ativos		1.077	1.065	15.573	12.923	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar		15.383	1.481	86.365	62.562
Total do ativo circulante		133.972	375.919	769.136	818.835	Credor pela concessão	12	-	-	3.402	2.029
						Obrigações sociais e trabalhistas		8.649	7.523	19.383	19.532
NÃO CIRCULANTE						Provisão para manutenção e investimentos	14	-	-	104.314	56.265
Debêntures com partes relacionadas	11	2.135.250	2.432.645	2.135.250	2.135.250	Instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	50.160	113.864
Contas a Receber de Partes Relacionadas	11	-	34.648	-	34.648	Outras contas a pagar		422	235	11.795	9.168
Contas a receber	5	-	-	69.251	69.184	Total do passivo circulante		205.069	16.039	575.815	816.870
Dividendos a receber	11	5.785	5.785	-	-	NÃO CIRCULANTE					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	25.298	20.498	277.511	247.380	Debêntures	10	-	-	1.638.004	1.467.116
Impostos a recuperar	6	-	-	70.373	617	Contas a pagar com Partes Relacionadas	11	-	297.294	-	297.294
Depósitos e bloqueios judiciais	13	7.352	7.172	229.019	253.212	Passivo de Arrendamento		2.176	2.645	4.522	5.268
Instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	54.011	-	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	13	5.654	1.854	323.964	229.561
Outros Ativos		130	130	22.976	21.549	Provisão para manutenção e investimentos	14	-	-	92.703	97.990
Total do realizável a longo prazo		2.173.815	2.500.878	2.858.391	2.761.840	Dividendos a pagar	11	191.243	191.243	191.243	191.243
						Debêntures e Mútuo com partes relacionadas	11	1.132.697	1.706.487	-	-
Investimentos	7	1.936.032	2.062.890	-	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	-	-	323.735	407.129
Imobilizado		3.969	3.994	4.027	3.994	Instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	46.237	-
Intangível	9	1.285	1.182	2.123.970	2.579.951	Total do passivo não circulante		1.331.770	2.199.523	2.620.408	2.695.601
Ativo Contratual	9	-	-	149.723	73.403	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15				
Direito de uso		2.616	3.045	5.826	6.794	Capital social		738.653	738.653	738.653	738.653
Total do ativo não circulante		4.117.717	4.571.989	5.141.937	5.425.982	Reserva de capital		1.791.591	1.791.591	1.791.591	1.791.591
						Reserva de lucros		184.606	202.102	184.606	202.102
						Total do patrimônio líquido		2.714.850	2.732.346	2.714.850	2.732.346
TOTAL DO ATIVO		4.251.689	4.947.908	5.911.073	6.244.817	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.251.689	4.947.908	5.911.073	6.244.817

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AB CONCESSÕES S.A.**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do período por ação, básico e diluído - em reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	-	-	1.374.197	1.267.338
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	17	-	-	(610.376)	(544.131)
RESULTADO BRUTO		-	-	763.821	723.207
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	17	(27.257)	(14.828)	(434.247)	(403.604)
Provisão para Perda Esperada - Contas a Receber	5	-	-	(3.339)	-
Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	11	(34.648)	(565.303)	(34.648)	(565.303)
Resultado de equivalência patrimonial	7	148.632	105.848	(15.854)	(36.938)
Outras receitas operacionais, líquidas	17	181	-	12.245	2.670
Total		86.908	(474.283)	(475.843)	(1.003.175)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		86.908	(474.283)	287.978	(279.968)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	18	20.739	151.916	94.627	330.072
Despesas financeiras	18	(90.565)	(77.536)	(235.791)	(320.024)
Total		(69.826)	74.380	(141.164)	10.048
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		17.082	(399.903)	146.814	(269.920)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	8	(39.378)	(23.815)	(276.634)	(216.281)
Diferidos	8	4.800	(6.373)	112.324	56.110
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(17.496)	(430.091)	(17.496)	(430.091)
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	19	(83,61)	(2,055)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AB CONCESSÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(17.496)	(430.091)	(17.496)	(430.091)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	(17.496)	(430.091)	(17.496)	(430.091)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AB CONCESSÕES S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Lucros retidos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	15	738.653	1.791.591	47.171	585.022		3.162.437
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(430.091)	(430.091)
Transferencia para lucros retidos					(430.091)	430.091	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	15	738.653	1.791.591	47.171	154.931	-	2.732.346
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(17.496)	(17.496)
Transferencia para lucros retidos					(17.496)	17.496	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	15	738.653	1.791.591	47.171	137.435	-	2.714.850

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AB CONCESSÕES S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo líquido do período		(17.496)	(430.091)	(17.496)	(430.091)
Ajustes para conciliar o prejuízo/ lucro líquido do período ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	(4.800)	6.373	(112.324)	(56.110)
Depreciação e amortização	8 e 17	1.750	1.969	465.519	459.065
Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	11	34.648	565.302	34.648	565.302
Juros sobre debêntures ativas e mútuos com partes relacionadas	11	60.961	(82.116)	(13.519)	(151.901)
Juros sobre debêntures e instrumentos financeiros	18 e 20	-	-	175.328	165.279
Variação monetária e juros com credores pela concessão e contas a receber do poder concedente		-	-	-	11
Provisão para manutenção e investimentos, líquida do ajuste a valor presente	14	-	-	81.312	36.127
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	13	6.496	1.198	135.596	84.981
Provisão para Perda Esperada	5	-	-	3.339	290
Baixa do ativo intangível	9	-	-	199	285
Resultado de instrumentos financeiros não realizados	21	-	-	(21.846)	(10.116)
Resultado de equivalência patrimonial	7	(148.632)	(105.848)	15.855	36.938
		(67.073)	(43.213)	746.611	700.060
Variações nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes, do poder concedente e de partes relacionadas	5	4.751	11.524	(21.592)	(6.501)
Impostos a recuperar		14.981	7	(75.008)	416
Despesas antecipadas e outros ativos		(226)	(554)	(3.774)	6.064
Depósitos e bloqueios judiciais		(180)	(367)	24.193	1.512
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(299.343)	298.432	(296.465)	299.497
Obrigações sociais e trabalhistas		1.126	1.749	(149)	1.831
Obrigações fiscais		(10.294)	22.745	312.882	214.823
Provisão para manutenção (pagamentos)	14	-	-	(43.066)	(73.552)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários (pagamentos)	13	(2.696)	(409)	(41.193)	(34.785)
Apropriação da outorga variável		-	-	1.373	410
Outras contas a pagar		(168)	124	(1.324)	(20.335)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(16.789)	(23.993)	(278.454)	(213.313)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(375.911)	266.045	324.034	876.127
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Dividendos Recebidos		411.018	84.643		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	9	(1.185)	(3.382)	(76.709)	(144.239)
Investimento / Compra de debentures - partes relacionadas	11	-	(297.303)	-	(297.303)
Aumento de capital em controlada	7c	(15.885)	(50.000)	-	-
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		393.948	(266.042)	(76.709)	(441.542)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Debêntures:					
Captação	10	-	-	378.064	-
Pagamento de principal	10	-	-	(516.789)	495.231
Pagamentos de juros	10	-	-	(113.248)	(1.017.158)
Empréstimos e financiamentos:					
Captação		-	-	-	5.000
Pagamento de principal		-	-	-	(5.000)
Pagamentos de juros		-	-	-	(15)
Liquidação de outorga fixa		-	-	-	(1.860)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	24.420	38.427
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		-	-	(227.553)	(603.982)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		18.037	3	19.772	(169.397)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	4	50	47	552.316	721.713
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	4	18.087	50	572.088	552.316

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A AB Concessões S.A. (“Companhia”) é uma holding, sediada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, foi constituída em 16 de dezembro de 2011 e permaneceu sem atividades e sem registros contábeis até 29 de junho de 2012, quando recebeu, por conferência de bens, o investimento na controlada Triângulo do Sol Participações S.A.

A Companhia faz parte do grupo italiano Atlantia (“Atlantia”), que é o maior grupo no segmento de operação de rodovias da Itália que, e em conjunto com suas subsidiárias internacionais, caracteriza-se por um dos maiores operadores do segmento no mundo.

A Companhia, após as reestruturações societárias concluídas em 2015, passou a ser a controladora direta das seguintes concessionárias: Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. (“Triângulo do Sol”), Rodovias das Colinas S.A. (“Colinas”) e Concessionária da Rodovia MG050 S.A. (“Nascentes das Gerais”), e da empresa Solucionadora Conservação Rodoviária Ltda. (“Solucionadora”), além de deter 50% da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (“Rodovias do Tietê”).

A seguir o objeto social das controladas diretas e empreendimentos controlados em conjunto:

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

A Triângulo do Sol é uma sociedade por ações, situada no município de Matão, Estado de São Paulo, e iniciou as suas operações em 19 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem - DER., regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411, de 30 de outubro de 1997. Tem como atividade preponderante a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de São Carlos, Catanduva, Mirassol, Sertãozinho, Borborema, Matão e Bebedouro. No contrato firmado com o DER, compete à Triângulo do Sol a execução e gestão dos serviços delegados, do apoio aos serviços não delegados e dos serviços complementares, pelo prazo inicial predeterminado de 20 anos. Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 16, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão por meio da prorrogação do prazo de concessão por mais 37 meses sem alteração do valor do ônus fixo nem do prazo de pagamento original. Dessa maneira, o exercício de exploração da concessão seria até 18 de julho de 2021. Por meio do Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) nº 23, de 06 de fevereiro de 2019, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido por meio da prorrogação do prazo de concessão por mais 58 dias sem alteração do valor do ônus fixo, bem como do prazo de pagamento original. Dessa maneira, o período de exploração da concessão foi estendido até 14 de setembro de 2021.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 24, de 13 de setembro de 2021 - o qual consolida o reequilíbrio e revoga o prazo concedido por meio do TAM nº 23, de 06 de fevereiro de 2019 - foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão por mais 188 dias.

Em 21 de janeiro de 2022, por meio do Termo de Retirratificação ao Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 24, de 13 de setembro de 2021, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão por mais 259 dias (a partir de 18 de julho de 2021). Dessa maneira, o período de exploração da concessão foi estendido para 03 de abril de 2022.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 25, de 01 de abril de 2022 foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão por mais 140 dias (a partir de 04 de abril de 2022).

Com essas prorrogações, o período de exploração da concessão foi estendido para 22 de agosto de 2022. Contudo, a controlada Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. possui outros pleitos de desequilíbrios contratuais em discussão com o Poder Concedente que caso não haja reequilíbrio na modalidade de extensão de prazo, a controlada entrará em dormência.

A Triângulo do Sol concluiu os compromissos assumidos de acordo com o contrato de concessão.

Rodovias das Colinas S.A.

A Colinas é uma sociedade por ações, situada no município de Itu, Estado de São Paulo, e iniciou efetivamente suas operações em 2 de março de 2000, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem - DER., regulamentado pelo Decreto Estadual nº 41.773, de 12 de maio de 1997. Tem como atividades a operação, as ampliações e a manutenção do Lote 13 - Malha Rodoviária Estadual de ligação entre os municípios de Rio Claro, Piracicaba, Tietê, Jundiaí, Itu e Campinas. O contrato de concessão tem como objetivo a execução, a gestão e a fiscalização dos serviços delegados, dos serviços de apoio aos serviços não delegados e dos serviços complementares, pelo prazo predeterminado de 240 meses, com início em março de 2000.

Em dezembro de 2006, por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 19/06 do Contrato de Concessão nº 012/CR/00, foi autorizada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP a prorrogação do prazo de concessão por mais 100 meses, sem alteração do valor do ônus fixo, bem como do prazo de pagamento original, sendo ampliado o prazo da concessão para 340 meses, com término em 30 de junho de 2028, reconhecido pelo Termo Aditivo e Modificativo nº 18/06.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

A Colinas assumiu os compromissos de acordo com o contrato de concessão.

Em 30 de maio de 2018, foi sancionado a Resolução SLT n. 04, o qual dispõe sobre a isenção de cobrança de eixos suspensos de veículos de transporte de carga que circulam vazios. De acordo com o contrato de concessão da Triângulo do Sol e da Colinas, ambas possuem o direito à recomposição do reequilíbrio contratual na equivalente medida dos impactos financeiros provenientes da aplicabilidade da referida resolução.

Contratualmente, as tarifas de pedágio das controladas Triângulo do Sol e Colinas são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ocorrida até 31 de maio de cada ano. Em 26 de junho de 2015, foi celebrado entre a Triângulo do Sol e Colinas e a ARTESP o Termo de Rerratificação aos Termos Aditivos e Modificativos nº 22/11 e nº 25/11, o qual estabelece que a partir de 1º de julho de 2015, para fins de reajuste da base tarifária quilométrica anual, será utilizado o índice de menor variação percentual apurado entre o IGP-M e o IPCA, preservado às concessionárias o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será implementada por meio de aumento do prazo da concessão, a ser formalizado por aditivo contratual.

Em 30 de junho de 2020, por meio de publicação do DOE-SP, considerando o Decreto 64.879, de 20/03/2020, que reconhece o estado de calamidade pública, decorrente da pandemia do COVID-19 que atinge o Estado de São Paulo, reconhece o reajuste das tarifas de pedágio, mas posterga o início da efetivação para novembro de 2020.

Em 30 de outubro de 2020, por meio de publicação do DOE-SP, o Conselho Diretor da Artesp autorizou o reajuste do valor das tarifas de pedágio, com percentual de 1,877703% baseados na evolução do IPCA entre junho/2019 e maio/2020, a vigorar a partir de 01 de dezembro de 2020.

Em 25 de junho de 2021, por meio de publicação do DOE-SP, o Conselho Diretor da Artesp autorizou o reajuste do valor das tarifas de pedágio, com percentual de 8,06% baseados na evolução do IPCA entre junho/2020 e maio/2021, a vigorar a partir de 1º de julho de 2021.

Concessionária da Rodovia MG050 S.A.

A Concessionária da Rodovia MG050 S.A. (“Nascentes das Gerais”) é uma sociedade por ações, situada no município de Divinópolis, Estado de Minas Gerais, e iniciou suas atividades em 22 de maio de 2007, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Patrocinada para exploração de rodovias, firmado com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade do Governo do Estado de Minas Gerais (SEINFRA) e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 43.702, de 24 de janeiro de 2003. A Nascentes das Gerais é uma Parceria Público-Privada de Propósito Específico conforme a Lei nº 11.074/04 e tem como atividade a operação, as ampliações e a manutenção da Rodovia MG-050, trecho de entroncamento BR-262 (Juatuba) - Itaúna - Divinópolis - Formiga - Piumhi - Passos - São Sebastião do Paraíso, trecho de entroncamento MG-050 e BR-265, BR-491, do km 0,00 ao km 4,65, e trecho São Sebastião do Paraíso - divisa MG/SP da Rodovia BR-265, mediante concessão na modalidade patrocinada. O contrato de concessão tem como objetivo a execução e a gestão dos serviços delegados e do apoio na execução dos serviços não delegados e a gestão e fiscalização dos serviços complementares pelo prazo de 25 anos, com início em junho de 2007; e as cláusulas contratuais vêm sendo devidamente cumpridas.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Os riscos relacionados à demanda de tráfego da rodovia em relação ao volume projetado no estudo preliminar de tráfego, constante no contrato de concessão, são compartilhados entre as partes na proporção de 50% para a Nascentes das Gerais e de 50% para a SEINFRA, sendo essas consequências consideradas na determinação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. As variações da receita de pedágio verificadas a maior ou a menor, dentro da faixa de até 10%, são de responsabilidade integral da Nascentes das Gerais, e as variações acima da faixa de 10% são compartilhadas entre a Nascentes das Gerais e a SEINFRA, conforme antes especificado. As variações de receita de pedágio a menor, verificados além da faixa de 10%, serão compartilhadas entre a Nascentes das Gerais e a SEINFRA mediante a composição do reequilíbrio econômico do contrato.

A Nascentes das Gerais assumiu os compromissos de acordo com o contrato de concessão público-privado.

Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos dos prazos das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

As concessionárias deverão devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos das estruturas em geral, principalmente do pavimento.

As controladas estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2021, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos contratos de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

	Colinas	Nascentes das Gerais	Triângulo	
	Previsão de 2021	Previsão de 2021 a 2028	Previsão de 2021	Total
Recuperação e Manutenção	21.986	175.220	12.204	209.410
Infraestrutura	-	538.593	-	538.593
Total dos custos	21.896	713.813	12.204	748.003

As estimativas de investimentos foram segregadas levando-se em consideração o seguinte:

- Investimentos que geram potencial de receita adicional: serão registrados somente quando da prestação de serviço de construção, relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura.
- Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram registrados considerando a totalidade do contrato de concessão patrocinada e estão apresentados a valor presente, conforme mencionado na Nota 14.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Concessionária Rodovias do Tietê S.A

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial, é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rodovia do Açúcar (SP 308), KM 108 + 600 metros, cidade de Salto, São Paulo, Brasil, que iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP.

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial tem como objetivo realizar, sob o regime de concessão (por prazo certo) até 23 de abril de 2039, a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste, sendo responsável pela administração de 415 km compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (ii) o apoio aos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

Em 06 de agosto de 2021, a Companhia firmou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, tendo a controlada em conjunto Rodovias do Tietê – em Recuperação Judicial - como interveniente anuente, para alienação da totalidade das Ações e dos Créditos Intercompany. O referido Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças foi adiado em fevereiro de 2022, conforme mencionado na nota explicativa n.º 24, com o objetivo de alterar e prorrogar o prazo final para o fechamento da operação para o dia 5 de maio de 2022, de modo que, encerrado tal prazo, qualquer uma das partes poderá, a seu exclusivo critério, de forma unilateral, rescindi-lo.

Em 30 de setembro de 2021, a Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial obteve a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial, que no presente momento depende da aprovação do órgão regulador, ARTESP – Agência de Transporte do Estado de São Paulo quanto a alteração de controle para que o mesmo entre em vigência.

Soluciona Conservação Rodoviária Ltda.

A Soluciona Conservação Rodoviária, é uma sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Matão/SP, na Rua Elias Raimundo de Brito, n.º 1860, bairro Nova Cidade, que iniciou suas operações em 26 de julho de 2016, e tem por objeto a prestação de serviços, para as concessionárias do Grupo AB Concessões, de conservação dos elementos que compõem o Sistema Rodoviário, exercidos dentro dos limites da faixa de domínio.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

2. Base para apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela administração da Companhia em 08 de abril de 2022.

Base de mensuração, consolidação, moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, e são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas e da controlada em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e de suas controladas relacionadas na nota 1 e foram preparadas de acordo com os seguintes principais critérios:

- (a) Eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas.
- (b) Eliminação dos investimentos entre as empresas consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida.
- (c) Eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos na data da transferência de controle da adquirida (data de aquisição). Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A reserva de capital é decorrente do direito de concessão adquirido na combinação de negócios e foi registrada como contrapartida do custo da combinação de negócios excedente à participação da adquirente no valor justo líquido dos ativos adquiridos, passivos e passivos contingentes identificáveis assumidos.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica a interpretação técnica ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, que requer que o montante excedente ao custo de aquisição da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos adquiridos, dos passivos e dos passivos contingentes assumidos identificáveis da adquirida, na data de aquisição, seja reconhecido como direito de concessão adquirido na combinação de negócios, que é acrescido ao valor contábil do investimento.

O valor justo líquido dos ativos adquiridos, dos passivos e dos passivos contingentes assumidos identificáveis que exceder o custo de aquisição é reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e dos passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritas anteriormente.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que tenham risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: projeção da curva de tráfego estimada para o período de concessão para a amortização dos ativos intangíveis, determinação da taxa utilizada na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos a valor presente, determinação de provisões para manutenção, provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, cronograma esperado de desembolsos e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da administração, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas estão descritas a seguir:

a) *Contabilização do contrato de concessão*

Na contabilização do Contrato de Concessão, conforme determinado pela interpretação técnica ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente no que diz respeito a: aplicação da interpretação do Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no Contrato de Concessão. O Contrato de Concessão recebeu o tratamento contábil de ativo intangível devido às características mencionadas na Nota 1.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação técnica, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

b) *Momento de reconhecimento do ativo intangível*

A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorre quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação ou melhoria da infraestrutura, que apresente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas no momento da incorporação da construção, tendo como contrapartida o ativo intangível.

c) *Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão*

A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que os ativos intangíveis estão disponíveis para uso.

d) *Provisão para manutenção referente ao Contrato de Concessão*

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa de manutenção do período ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, calculado a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

2.1. Instrumentos financeiros ativos

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Reconhecimento inicial e mensuração

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como: i) mensurados ao custo amortizado ou ii) valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao valor justo por meio do resultado:

- São mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais dos ativos financeiros derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável e irretratável como VJR um ativo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. Esta avaliação inclui:

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos;
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins da avaliação do principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, são considerados:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo: baseados na performance do ativo).

Mensuração subsequente

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – classificação e mensuração subsequente

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR são mensurados pelo valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos Financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos Financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma) ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperada no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

2.2. Instrumentos de hedge

A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com juros das debêntures como "hedge" de valor justo. No início da relação de "hedge", a Companhia documenta a relação entre o instrumento de "hedge" e o item objeto de "hedge" com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de "hedge".

Adicionalmente, no início do "hedge" e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de "hedge" usado em uma relação de "hedge" é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de "hedge", atribuível ao risco sujeito a "hedge". A Nota 21 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de "hedge" de valor justo.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como “hedge” de valor justo são registradas no resultado com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de “hedge” atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do “hedge” é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de “hedge”, o instrumento de “hedge” vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de “hedge”. O ajuste ao valor justo do item objeto de “hedge”, oriundo do risco de “hedge”, é registrado no resultado a partir dessa data.

2.3. Ativo intangível

Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão

A Companhia reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso.

2.4. Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis

No fim de cada período de reporte, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a perda. Por tratar-se de uma única concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Caso o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Não foram identificadas ou registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos intangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

2.5. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

As provisões para imposto de renda e a contribuição social são calculadas sobre a base tributável, com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base nos saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, bem como créditos fiscais referentes ao benefício de ativo intangível incorporado, os quais estão sendo amortizados pelo período remanescente do contrato de concessão. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de exploração, dos riscos cíveis e trabalhistas e dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis, conforme a Nota 8.

Os tributos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias e os tributos diferidos ativos somente quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para sua realização. Os ativos e passivos fiscais diferidos podem ser compensados com obrigações tributárias caso haja o direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, desde que se relacionem a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

2.6. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até a data do balanço pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários estão descritos na Nota 13. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

2.7. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.8. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

2.9. Provisão para manutenção

A provisão é decorrente dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização, quando aplicável, e divididas em ciclos durante o prazo da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes, quando aplicável, é calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação de taxas calculadas pela administração. A determinação da taxa de desconto utilizada pela administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações são preparadas por seus valores reais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

2.10. Reconhecimento da Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

É mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objeto da concessão pelos usuários.

Receita de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida ao longo do tempo com base no estágio de conclusão da obra realizada e nos custos incorridos. O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado por meio dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados.

Quando a Companhia presta serviços de construção deve reconhecer a receita correspondente pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização da receita de construção, a administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização desses serviços, aos custos de gerenciamento e de acompanhamento da obra e da empresa do Grupo que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

As receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços são contabilizadas seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade as normas brasileiras de contabilidade. A Companhia reconheceu como receita de construção no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$70.812, (R\$120.590 em dezembro de 2020), e custo de construção nos mesmos valores.

Receita e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credor pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

2.11 Resultado básico e diluído por ação

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação da Companhia durante o exercício.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todos os instrumentos financeiros que potencialmente poderiam ser convertidos em ações da Companhia e que causariam efeito de diluição.

2.12. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela administração que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos a pagar”, por ser considerada uma obrigação legal. O lucro remanescente, após as destinações estipuladas por lei, é classificado na rubrica “Lucros retidos” e tem sua destinação decidida em Assembleia Geral Ordinária.

3. Normas novas, alterações e interpretações de normas

Neste período não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados na nota explicativa 2 às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

a) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Norma	Descrição	Impacto nas Informações contábeis
CPC 25 - Contrato Oneroso	As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são rerepresentados.	As modificações no CPC 25 entrarão em vigor em 2022, sendo assim, a administração da Companhia irá avaliar os impactos nas demonstrações financeiras em sua futura adoção.
Alterações ao CPC 26: Classificação de passivos como circulante ou não circulante	O CPC emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante.	As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a administração irá avaliar o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.
Alterações ao CPC 32: Impostos Diferidos Relativos a Ativos e passivos que surgem de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.	As alterações são efetivas para períodos anuais iniciados em ou depois de 1º de janeiro de 2023.
Alterações ao CPC 23: Definição de Estimativa Contábil	O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu uma atualização do ICPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, para introduzir a definição de estimativa contábil e esclarecer como as entidades devem distinguir mudanças de estimativas contábeis das mudanças de políticas contábeis.	As alterações são efetivas para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, com adoção antecipada permitida. A administração irá avaliar o impacto que as alterações terão na prática atual

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Norma	Descrição	Impacto nas Informações contábeis
Outras normas	<ul style="list-style-type: none">• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/);• Revisão anual das normas 2018–2020;• Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).• Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).• Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26).	Não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e contas bancárias	43	50	9.666	8.156
Aplicações financeiras (*)	18.044	-	562.422	544.160
Total	18.087	50	572.088	552.316

(*) As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário – CDB, possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração média 96% a 97% em 31 de dezembro de 2021 (95% a 98,% em 31 de dezembro de 2020) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Contas a receber de clientes e do poder concedente - consolidado

	31/12/2021	31/12/2020
Pedágio eletrônico (a)	95.185	77.045
ARTESP - ponto a ponto (b)	69.251	69.184
ARTESP - ressarcimento (c)	7.205	7.205
Contraprestação pecuniária (d)	1.631	1.467
Outras	8.246	3.330
Provisão para perdas de créditos esperada	(12.749)	(9.410)
Total	168.769	148.821
Circulante	99.518	79.637
Não circulante	69.251	69.184

(a) Valores decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

(b) Contas a receber do Poder Concedente da controlada Colinas referente à implantação do sistema ponto a ponto do pedágio, cujo reequilíbrio econômico financeiro em favor da controlada Colinas foi objeto do Termo Aditivo e Modificativo – TAM nº 26/2019.

(c) Refere-se à ressarcimentos de evasão de pedágio previstos no contrato de concessão integralmente provisionados das controladas Colinas e Triângulo.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

- (d) Contraprestação pecuniária referente à receita de subvenção, decorrente da apuração dos indicadores de desempenho, conforme cláusula nº 38 do contrato de concessão da controlada Concessionária Rodovia MG 050 S/A, cujos valores a receber de contraprestação estão garantidos pela Companhia de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (CODEMIG), que, em conjunto com o Departamento de Estradas e Rodagem de Minas Gerais – DER/MG, atua como interveniente no contrato de concessão, por meio de depósito em conta vinculada, observado o valor mensal da contraprestação pecuniária.

Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes e do Poder Concedente, a Companhia e suas controladas consideram qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente e do Poder Concedente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do exercício. O prazo médio de vencimento, exceto ARTESP e SEINFRA, é de 30 dias. A movimentação da provisão para perdas de créditos esperada está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Em 1º de janeiro	(9.410)	(9.120)
Adições à provisão no exercício	(3.376)	(384)
Reversões no exercício	37	94
Em 31 de dezembro de 2021	(12.749)	(9.410)

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	89.218	156.511
Vencidos:		
Até 30 dias	629	52
De 31 a 90 dias	1.066	51
Acima de 90 dias	90.605	1.616
	181.518	158.230

6. Tributos e encargos a recuperar

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ/CSLL - repetição de indébito (i)	34.801	-
Multas/Juros - repetição de indébito (i)	35.572	-
IRPJ / CSLL - pagamento a maior	11.217	5.512
IRRF - Aplicações Financeiras	2.484	4.177
Outros Tributos	1.964	1.341
Tributos e encargos a recuperar	86.038	11.030
Circulante	15.665	10.413
Não Circulante	70.373	617
Tributos e encargos a recuperar	86.038	11.030

- (i) Em 23 de dezembro de 2021, por meio de Ata do Conselho de Administração, foi deliberado acerca do pedido de restituição dos tributos, multas e juros pagos pela controlada Triângulo do Sol S/A, em decorrência de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, decorrente do aproveitamento de ágio fiscal nos anos de 2016 e 2017, com redução da multa em 50%, com subsequente pedido de restituição para discutir o mérito do aproveitamento do ágio fiscal (vide nota explicativa n.º 8).

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

7. Investimentos

Controladora

Conforme mencionado na nota 1, a Companhia é controladora direta da Triângulo do Sol, Colinas, Nascentes das Gerais e Solucionna, bem como controladora em conjunto da Rodovias do Tietê.

A movimentação do investimento é como segue:

Participação no investimento	Nascentes das Gerais	Triângulo do Sol	Colinas	Rodovias do Tietê (i)	Solucionna	Total
	100%	100%	100%	50%	100%	
Movimentação						
Saldo em 31 de dezembro de 2019	236.492	533.451	1.427.766	-	-	2.197.709
Resultado de equivalência patrimonial	(82.069)	124.574	100.281	(36.938)	-	105.848
Amortização da mais valia de ativos (d)	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	(198.578)	(129.027)	-	-	(327.605)
Outros componentes que constituem o investimento total líquido (e)	-	-	-	36.938	-	36.938
Aumento de capital em controlada (a)	50.000	-	-	-	-	50.000
Saldo em 31 de dezembro de 2020	204.423	459.447	1.399.020	-	-	2.062.890
Resultado de equivalência patrimonial	(74.784)	214.501	185.974	(13.519)	(1.662)	310.510
Amortização da mais valia de ativos (d)	-	(72.102)	(89.776)	-	-	(161.878)
Dividendos distribuídos (b)	-	(295.584)	(296.494)	-	-	(592.078)
Outros componentes que constituem o investimento total líquido (e)	-	-	-	13.519	-	13.519
Aumento de capital em controlada (c)	302.569	-	-	-	500	303.069
Saldo em 31 de dezembro de 2021	432.208	306.262	1.198.724	-	(1.162)	1.936.032

- (a) Em 22 de dezembro de 2020, a controlada Nascentes das Gerais realizou Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da controlada no montante de R\$20.000, com a emissão de 45.454.545 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas no ato, através de aporte em dinheiro. Em 13 de julho de 2020, a controlada Nascentes das Gerais realizou Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da controlada no montante de R\$30.000, com a emissão de 61.224.490 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas no ato, através de aporte em dinheiro.
- (b) Em 24 de março de 2021 as controladas Rodovias das Colinas e Triângulo do Sol realizaram Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre a distribuição de dividendos no valor de R\$250.000 e R\$100.000, respectivamente, oriundos da conta de reservas de lucros. Em 30 de abril de 2021 a controlada Triângulo do Sol realizou Assembleia Geral Ordinária que deliberou sobre a distribuição de dividendos no valor de R\$ 33.308, oriundos da conta de reservas de lucros. Em 14 de setembro de 2021 a controlada Triângulo do Sol realizou Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre a distribuição de dividendos no valor de R\$ 162.277, oriundos da conta de reservas de lucros. No exercício findo em 2021, a controlada Rodovia das Colinas reconheceu dividendos mínimos obrigatórios a pagar no montante de R\$ 46.494.
- (c) Em 24 de março 2021, a controlada Nascentes das Gerais realizou Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da Companhia no montante de R\$302.569 (mediante a compensação integral da Subordinada da 4ª Emissão no valor de R\$287.183 e a diferença de R\$15.386 em dinheiro) com a emissão de 756.421.420 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas no ato. Em 29 de setembro de 2021 a Companhia integralizou a totalidade das quotas subscritas na controlada Solucionna Conservação Rodoviária LTDA, no valor de R\$ 500.
- (d) Em 31 de dezembro de 2021, a mais valia decorrente da aquisição da controlada Colinas totalizava R\$ 628.428 (a mais valia decorrente da aquisição da controlada Triângulo do Sol foi totalmente amortizada até 30 de setembro de 2021), cujos valores estão sendo amortizados de forma proporcional até o prazo final da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a amortização destes valores de mais valia foram de R\$ 72.104 (R\$ 72.104 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020) e R\$ 89.775 (R\$ 89.755 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020) para as controladas Triângulo do Sol e Colinas, respectivamente.
- (e) O prejuízo reconhecido pelo método da equivalência patrimonial que excedeu o valor do investimento, foi aplicado aos demais componentes que constituem a participação e investimento total líquido da Companhia na controlada em conjunto Rodovias do Tietê, conforme mencionado na nota 11, "b".

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

As informações sobre as controladas e controlada em conjunto são como segue:

	Controladas				Controlada em conjunto
	Nascentes das Gerais	Triângulo do Sol	Colinas	Soluciona	Rodovias do Tietê
Participação - %	100	100	100	100	(i) 50
Ativo circulante	171.150	284.735	465.962	3.667	81.819
Ativo não circulante	942.078	245.613	1.956.463	2.415	1.916.855
Passivo circulante	126.809	83.880	447.454	3.842	2.127.275
Passivo não circulante	554.207	140.208	1.404.676	3.402	467.395
Patrimônio líquido	432.212	306.260	570.295	(1.162)	(595.996)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(74.784)	214.501	185.974	674	(255.474)

(i) O prejuízo reconhecido pelo método da equivalência patrimonial que excedeu o valor do investimento, foi aplicado aos demais componentes que constituem a participação e investimento total líquido da Companhia na controlada em conjunto Rodovias do Tietê, conforme mencionado na nota 11, e não há obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) da Companhia em nome da controlada em conjunto.

A Companhia possui dividendos a receber no valor de R\$ 5.785, classificado no ativo não circulante, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, referentes à controlada Nascentes das Gerais; entretanto, de acordo com o contrato de concessão, a controlada somente poderá efetuar a livre distribuição de dividendos e pagamento de título de participação aos acionistas no exercício seguinte àquele em que tiverem sido atendidas as condições operacionais mínimas da concessão e executadas as intervenções obrigatórias previstas para 2029.

8. Impostos de renda e contribuição social diferidos

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Na controladora, o imposto de renda e a contribuição social diferidos correspondem, principalmente, ao saldo de diferenças temporárias decorrentes de obrigações fiscais cuja exigibilidade de crédito está suspensa.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão compostos como segue:

	Controladora		
	31/12/2021	Reconhecido no resultado	31/12/2020
<u>Ativo</u>			
Prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias:			
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	5.654	3.800	1.854
Obrigações Fiscais	68.532	10.241	58.291
Arrendamento mercantil	219	76	143
Base de cálculo	74.405	14.117	60.289
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%
Crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos	25.298	4.800	20.498

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	Consolidado		
	31/12/2021	Reconhecido no resultado	31/12/2020
Ativo			
Prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias:			
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários - nota 13	323.963	92.139	231.824
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	133.853	(651)	134.504
Obrigações Fiscais	127.268	17.641	109.627
Mudança de prática contábil (ICPC 01 (R1) e OCPC 05) (e)	126.632	(25.323)	151.955
Arrendamento mercantil	423	146	277
Provisão para perda de crédito esperada - nota 5	12.749	3.339	9.410
Provisão para manutenção	219.263	36.684	182.579
Base de cálculo	944.152	123.975	816.641
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%
Total dos créditos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias	321.012	42.153	277.658
Benefício fiscal sobre concessão incorporada (a)	44.312	(16.968)	61.280
Total do crédito	365.324	25.185	338.938

	Consolidado		
	31/12/2021	Reconhecido no resultado	31/12/2020
Passivo			
Diferenças temporárias:			
Outros ativos	21.431	1.625	19.806
Ajuste ao valor presente, líquido (b)	-	(1.319)	1.319
Encargos financeiros antecipados (c)	30.906	15.774	15.132
Instrumentos financeiros derivativos	17.055	(2.572)	19.627
Diferenças entre taxas de amortização contábil e fiscal	185.579	(24.205)	209.784
Juros de debêntures capitalizados	3.304	(317)	3.621
Direito de concessão adquirido	952.164	(245.272)	1.197.436
Base de cálculo	1.210.439	256.286	1.466.725
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%
Total do débito	411.549	87.139	498.687
Tributo diferido passivo líquido	(46.225)	112.324	(159.749)
Abertura do total líquido apresentado no ativo e passivo não circulante consolidado e por empresa:			

Composição por empresa

Ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos:			
AB Concessões	25.298	4.800	20.498
Colinas	82.807	14.468	68.339
Nascentes das Gerais	110.000	7.526	102.474
Solucionaria	1.368	1.368	-
Triângulo do Sol	58.038	1.969	56.069
	277.511	30.131	247.380
Passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos:			
AB Concessões (d)	(323.736)	83.393	(407.129)
Tributo diferido passivo líquido	(46.225)	112.324	(159.749)

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

- (a) Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o ágio de aquisição das controladas Triângulo do Sol e Colinas. O ágio que originou esse benefício fiscal foi calculado sobre a rentabilidade futura das controladas e está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal do ágio incorporado que o originou, até o prazo final da concessão, exceto para a controlada Triângulo do Sol, cujo saldo foi totalmente realizado em setembro de 2021, antes da assinatura do Termo Aditivo Modificativo nº 24 que estendeu o prazo da concessão até 21 de janeiro de 2022. Em 15 de fevereiro de 2022, por meio de Ata do Conselho de Administração, foi deliberado acerca do depósito judicial do ágio fiscal amortizado pelas controladas Rodovia das Colinas e Triângulo do Sol, acrescido de juros e multa de 20% do valor, totalizando R\$ 55.516 e R\$ 81.111, respectivamente, com o consequente pedido de declaração de legalidade para discutir o mérito de aproveitamento de tal ágio fiscal, sendo que, nesta mesma causa foi ajuizada o pedido de restituição do ágio pago em decorrência de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, decorrente do aproveitamento de ágio fiscal pela controlada Triângulo do Sol nos anos de 2016 e 2017, conforme deliberado em reunião do Conselho de Administração de 23 de dezembro de 2021 (nota explicativa n.º 6).
- (b) Refere-se ao ajuste a valor presente das obrigações com o Poder Concedente (ARTESP).
- (c) Refere-se às deduções de debêntures, comissões e Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, retidos na liberação das debêntures.
- (d) Refere-se ao direito de concessão adquirido com a identificação e mensuração do direito de concessão dos investimentos.
- (e) O montante líquido de R\$ 126.632 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 151.955 em 31 de dezembro de 2020) foi gerado com base nas diferenças de critérios contábeis e fiscais decorrentes da adoção do artigo nº 69 da lei nº 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição), compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do intangível (contábil) e provisão de manutenção e será amortizado pelo prazo remanescente de concessão.

Reconciliação dos impostos

O imposto de renda e a contribuição social líquidos, correntes e diferidos, são reconciliados com a alíquota nominal desses tributos, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	17.083	(399.903)
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Receita/Despesa de imposto de renda e contribuição social	(5.808)	135.967
Diferenças permanentes:		
Outros ajustes	(11.475)	(865)
Rendimentos sobre debentures ativas	(67.830)	-
Provisão para perdas pela não recuperabilidade de ativos	-	(201.278)
Resultado de equivalência patrimonial	50.535	35.988
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social	(34.578)	(30.188)
Correntes	(39.378)	(23.815)
Diferidos	4.800	(6.373)

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	146.814	(269.920)
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Receita/Despesa de imposto de renda e contribuição social	(49.916)	91.773
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	(20.384)	(35.157)
Diferenças permanentes:		
Outros ajustes	(11.778)	(1.151)
Rendimentos sobre debentures ativas	(67.830)	-
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	-	(201.278)
Perdas de instrumentos financeiros derivativos não dedutíveis	(9.011)	(1.799)
Resultado de equivalência patrimonial	(5.391)	(12.559)
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social	(164.310)	(160.171)
Correntes	(276.634)	(216.281)
Diferidos	112.324	56.110

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

9. Ativo contratual e intangível da concessão

A movimentação é como segue:

	Consolidado				Total
	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Marcas, patentes e direito de uso de software	Direito de concessão adquirido na combinação de negócios (c)	
<u>Custo</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.149.581	107.157	19.742	3.282.252	6.558.732
Adições	121.396	-	457	-	121.853
Baixas	(1.081)	-	-	-	(1.081)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.269.896	107.157	20.199	3.282.252	6.679.504
Adições	84.177	-	704	-	84.881
Baixas	(4.287)	-	-	-	(4.287)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.349.786	107.157	20.903	3.282.252	6.760.098
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(1.620.742)	(93.622)	(17.147)	(1.839.553)	(3.571.063)
Adições	(205.566)	(3.727)	(1.322)	(245.267)	(455.883)
Baixas	796	-	-	-	796
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(1.825.512)	(97.349)	(18.469)	(2.084.820)	(4.026.150)
Adições	(213.204)	(2.697)	(953)	(245.272)	(462.126)
Baixas	1.871	-	-	-	1.871
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(2.036.845)	(100.046)	(19.422)	(2.330.092)	(4.486.405)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.444.384	9.808	1.730	1.197.432	2.653.354
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.312.941	7.111	1.481	952.160	2.273.693
Taxa média (a.a.)	6,52%	2,52%	4,72%	7,47%	-
Ativo intangível					2.123.970
Ativo contratual					149.723
Total ativo da concessão					2.273.693

- (a) Refere-se a itens que retornarão ao Poder Concedente quando da extinção da concessão. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão, exceto para a controlada Triângulo do Sol, cujo saldo foi totalmente amortizado em setembro de 2021, antes da assinatura do Termo Aditivo Modificativo n° 24 que estendeu o prazo da concessão até 21 de janeiro de 2022.
- (b) Refere-se ao valor assumido para a exploração do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota 1. Esse valor foi ajustado a valor presente, na data do seu registro original. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão, exceto para a controlada Triângulo do Sol, cujo saldo foi totalmente amortizado em setembro de 2021, antes da assinatura do Termo Aditivo Modificativo n° 24 que estendeu o prazo da concessão até 21 de janeiro de 2022.
- (c) Refere-se à apuração de ajuste do direito de concessão adquirido em combinação de negócios. A amortização é efetuada de forma linear pelo prazo remanescente de concessão das concessionárias que lhe deram origem.

A administração da Companhia não identificou indicação de que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis. Desta forma, não há necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

10. Debêntures - Consolidado

Controlada direta	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimento final	31/12/2021	31/12/2020
<u>Colinas (ii)</u>					
4ª emissão:					
3ª série (i)	25.500	100% IPCA + 5,70% a.a.	Abril/2023	300.407	427.129
5ª emissão:					
1ª série	100	CDI a 100% + 1,30% a.a.	Outubro/2023	125.491	123.963
7ª emissão:					
1ª série	23.000	CDI a 100% + 1,30% a.a.	Outubro/2021	-	77.184
9ª emissão:					
1ª série	41.000	CDI a 100% + 1,50% a.a.	Junho/2025	412.005	410.604
2ª série	10.463	CDI a 100% + 1,65% a.a.	Junho/2024	105.149	104.791
10ª emissão:					
1ª série	400.000	CDI a 100% + 2,50% a.a.	Dezembro/2026	402.143	400.345
2ª série	100.000	CDI a 100% + 2,00% a.a.	Dezembro/2023	100.513	100.077
<u>Triângulo do Sol</u>					
5ª emissão: (iii)					
1ª série	390	100% CDI + 2,20% a.a.	Fevereiro/2021	-	48.861
<u>Nascentes das Gerais</u>					
4ª emissão: (iv)					
1ª série	260	100% CDI + 4,60% a.a.	Junho/2022	-	260.791
5ª emissão: (v)	400	IPCA a 100% + 5,97% a.a.	Dezembro/2030	425.660	-
Total				1.871.368	1.953.745
Custo de transação				(30.907)	(15.133)
Saldo Líquido				1.840.461	1.938.612
Circulante				202.457	471.496
Não circulante				1.638.004	1.467.116

- (i) Essas operações estão sendo mensuradas a valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo (Nota 21).
- (ii) As escrituras da 4ª, 5ª, 7ª, 9ª e 10ª emissão de debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a controlada Rodovia das Colinas não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas.
- (iii) Em 17 de fevereiro de 2021 a controlada Triângulo do Sol liquidou a 5ª emissão de debêntures, encerrando as suas respectivas obrigações.
- (iv) Em 19 de maio de 2021 a controlada Nascentes das Gerais liquidou a 4ª emissão de debêntures, encerrando as suas respectivas obrigações.
- (v) Em 19 de maio de 2021 a controlada Nascentes das Gerais aprovou a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor de R\$ 400.000 de espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, a ser convalidada em espécie com garantia real, série única, e será atualizada monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e mais 5,97% a.a.

Cronograma de desembolso (não circulante)

	31/12/2021
2022	418.910
2023	416.966
2024	389.271
2025	202.949
2026	8.490
2027	56.457
2028	58.579
2029	111.640
2030	418.910
Custo de transação	(25.258)
	1.638.004

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Cláusulas restritivas

As debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros. Em 31 de dezembro de 2021 as controladas não apresentavam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas.

11. Transações com partes relacionadas

Saldos patrimoniais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber, mútuos e debêntures a receber				
<i>Ativo circulante</i>				
Contas a receber de controladas (a):				
Concessionária da Rodovia MG050 S.A.	87	274	-	-
Rodovias das Colinas S.A.	921	902	-	-
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.	869	5.451	-	-
Soluciona Conservação Rodoviária LTDA	-	-	-	1.695
	1.877	6.627	-	1.695
Dividendos a receber de controladas:				
Rodovias das Colinas S.A.	111.948	94.578	-	-
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.	1	273.021	-	-
	111.949	367.599	-	-
<i>Ativo não circulante</i>				
Contrato de mútuo a receber de controlada em conjunto :				
Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (b)	-	-	-	-
Contas a receber de acionista:				
Haulimau Empreendimentos e Participações Ltda. (c)	-	34.648	-	34.648
Dividendos a receber de controlada:				
Concessionária da Rodovia MG050 S.A.	5.785	5.785	-	-
Debêntures a receber de outras partes relacionadas:				
Infra Bertin Empreendimentos e Participações S.A. (d)	2.135.250	2.135.250	2.135.250	2.135.250
Saldos patrimoniais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Contas a pagar, adiantamentos e debêntures a pagar				
<i>Passivo circulante</i>				
Fornecedores de serviços – outras partes relacionadas:				
CSCL Assessoria Empresarial Ltda.	167	167	167	167
Contern Construções e Comércio Ltda. (g)	-	-	596	596
Monte Verde de Lins Empresa Im. Ltda.	-	-	39	39
Adiantamentos com controlada:				
Soluciona Conservação Rodoviária Ltda.	-	203	-	203
Debêntures a pagar a controladas (e):				
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A	174.783	-	-	-
Total do passivo circulante	174.950	370	802	1.005
<i>Passivo não circulante</i>				
Contas a pagar da aquisição de debêntures – outras partes relacionadas:				
Autostrade Concessões e Participações (f)	-	297.294	-	297.294
	-	297.294	-	297.294
Debêntures a pagar a controladas (e):				
Rodovias das Colinas S.A.	901.578	948.062	-	-
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.	-	538.025	-	-
Total	901.578	1.486.087	-	-

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Saldos patrimoniais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Mútuo a pagar a controladas:			-	-
Rodovias das Colinas S.A (h)	231.119	220.400	-	-
Total	231.119	220.400	-	-
Total do passivo não circulante	1.132.697	2.003.781	-	297.294
Dividendos a pagar a acionistas:				
Autostrade Conc. Participações Brasil Ltda.	95.622	95.622	95.622	95.622
Hauolimau Empreendimentos e Participações Ltda.	95.621	95.621	95.621	95.621
Total	191.243	191.243	191.243	191.243

Transações	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Receitas de prestação de serviços com controladas (a):		
Concessionária da Rodovia MG050 S.A.	1.037	1.084
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.	10.455	10.904
Rodovias das Colinas S.A.	11.033	10.850
Total	22.525	22.838

Receitas (despesas) financeiras líquidas:

Outras partes relacionadas:		
Infra Bertin Empreendimentos e Participações S.A. (d)	-	141.560
Controladas e Controlada em Conjunto:		
Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (b)	13.519	10.250
Concessionária Rodovia MG-050 (f)	5.174	91
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. (e)	(16.275)	(22.928)
Rodovias das Colinas S.A. (e)	(63.380)	(46.857)
Total	60.962	82.116

Transações	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Receitas de prestação de serviços com controlada:		
Soluciona Conservação Rodoviária LTDA	-	21.549
Total	-	21.549

Receitas (despesas) operacionais:

Outras partes Relacionadas:		
Hauolimau Empreendimentos e Participações Ltda. (c)	(34.657)	-
Total	(34.657)	-

Receitas (despesas) financeiras líquidas:

Outras partes Relacionadas:		
Infra Bertin Empreendimentos e Participações S.A. (d)	-	141.560
Controlada em Conjunto:		
Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (b)	13.519	10.250
Concessionária Rodovia MG-050	-	91
Total	13.519	151.901

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

- (a) Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas com as controladas, referente a gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos, cujos valores são arcados inicialmente pela Companhia e reembolsados trimestralmente pelas controladas mediante Nota de Débito, sem margem de lucro, até o último dia útil do mês subsequente à prestação de contas.
- (b) Refere-se a contratos de cessão de crédito junto a coligada Cibe Participações e Empreendimentos S.A. e a Lineas International Holding B.V., para a controlada em conjunto, Concessionária Rodovias do Tietê S.A. Os créditos são remunerados a 100% da taxa CDI, acrescida de 0,5% ao mês. Conforme mencionado na nota explicativa n. 7, o prejuízo reconhecido pelo método da equivalência patrimonial que excedeu o valor do investimento foi aplicado ao mútuo a receber da controlada em conjunto Rodovias do Tietê. A controlada em conjunto encontra-se em processo de pedido de recuperação judicial e apresentou plano de recuperação judicial. Em 30 de setembro de 2021, a controlada em conjunto obteve a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial, que no presente momento depende da aprovação do órgão regulador, ARTESP – Agencia de Transporte do Estado de São Paulo quanto a alteração de controle para que o mesmo entre em vigência. Desta forma, a Companhia reconheceu provisão para perdas esperadas de crédito sobre os demais componentes que constituem a participação e investimento total líquido da Companhia na controlada em conjunto Rodovias do Tietê, cujo valor nominal em 31 de dezembro de 2021 totalizava R\$141.592.
- (c) Refere-se ao valor a ser ressarcido pelo acionista de parte dos valores utilizados para liquidação dos processos arbitrais da controlada Nascentes junto ao Poder Concedente. Em 28 de junho de 2017, a Autostrade por meio da AB Concessões enviou à Hauolimau, Notificação de cobrança, no valor de R\$ 34.647 a ser ressarcido pelo acionista de parte dos valores utilizados para liquidação dos processos arbitrais da controlada Nascentes junto ao Poder Concedente quando da assinatura do TA 07. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia reconheceu provisão para perdas de créditos esperada, na totalidade do ativo financeiro.
- (d) Refere-se as debêntures subscritas por suas partes relacionadas que foram incorporadas pela Companhia na reestruturação societária, representadas por quatro séries, sendo a última de 2014. Essas séries são compostas de 45 emissões ao todo que somam R\$1.161.525 em valores nominais. As debêntures são remuneradas a 100% da variação acumulada da taxa CDI, acrescida de juros de 2,6448% ao ano, com previsão de pagamento integral na data de vencimento, em 31 de julho de 2028. Os recursos da emissão das referidas debêntures foram investidos no sistema de concessão do Rodoanel Leste, operado pela SPMAR S.A, operadora concessionária dos trechos sul e leste do anel Mario Covas localizado na região metropolitana de São Paulo. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia reconheceu provisão para perdas de créditos esperada, no valor de R\$ 591.991. As debêntures a receber de partes relacionadas contam com a garantia do penhor dos dividendos da Garantidora.
- (e) Em 29 de junho de 2012 a Companhia emitiu 1.800 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor unitário de R\$500 e valor total de R\$900.000, com vencimento original em 29 de dezembro de 2013. A controlada Colinas adquiriu 800 debêntures, totalizando R\$400.000, e a controlada Triângulo do Sol adquiriu 1.000 debêntures, totalizando R\$500.000. As debêntures da 2ª série passaram a ter seu vencimento em 31 de dezembro de 2023. Em 24 de março de 2021, foi aprovada a compensação de dividendos a receber das controladas Triângulo do Sol e Rodovia das Colinas, com parte do saldo da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, emitida em 29 de junho de 2012, nos valores de R\$199.482 e R\$99.144, respectivamente. Em 30 de junho de 2021, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária para a alienação de 85 (oitenta e cinco) debêntures da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da Companhia, no valor de R\$ 102.825, através da compensação de dividendos a receber da controlada Triângulo do Sol. Em 14 de setembro de 2021, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária para a alienação de 63 (sessenta e três) debêntures da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da Companhia, no valor de R\$77.209, através da compensação de dividendos a receber da controlada Triângulo do Sol, além da alteração da data de vencimento das Debêntures da primeira série, prorrogando o seu vencimento até o dia 14 de setembro de 2022.
- (f) Em 30 de dezembro de 2020, a Companhia adquiriu a integralidade das 200 (duzentas) Debêntures de emissão da controlada Concessionária MG-050 S/A - anteriormente subscritas por sua parte relacionada Autostrade Concessões e Participações Brasil Ltda. - que correspondem a integralidade das debêntures da 2ª Série de montante original de R\$200.000 ("Debêntures Subordinadas"), que será pago até o final de 2021. Em 22 de março de 2021, a controlada Nascentes das Gerais aprovou o adimplemento integral e consequente quitação e extinção das obrigações das Debêntures da Segunda Série, mediante a compensação com o consequente aumento de capital na controlada Nascentes das Gerais em valor igual ao saldo líquido devedor das Debêntures da Segunda Série na data da quitação, no valor total de R\$302.569.
- (g) Refere-se à prestação de serviços / retenções contratuais relacionadas a obras de duplicação.
- (h) Saldo de mútuo com a controlada Rodovia das Colinas, sobre o qual incidem juros de 30% acima das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DIs de um dia, expressas de forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, tendo como vencimento original 31 de dezembro de 2016, podendo ser renovável por igual período. Em 12 de dezembro de 2016, foi prorrogado o vencimento para 31 de dezembro de 2021 e a taxa de remuneração foi alterada para 110% do DI - Certificado de Depósitos Interbancários, ao ano, expressa de forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, aplicados a partir de 1º de janeiro de 2017, e foram amortizados R\$171.392 de juros do saldo de mútuo com a Companhia, com saldo de dividendos distribuídos na mesma data. Em 17 de dezembro de 2021, foi prorrogado o vencimento para 31 de dezembro de 2024.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Remuneração da Administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Salários	6.357	5.964
Encargos	1.885	1.494
Outros benefícios	1.759	373
Total	10.001	7.831

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Salários	11.126	9.452
Encargos	3.241	2.644
Outros benefícios	2.197	1.268
Total	16.564	13.364

A Companhia e suas controladas não oferecem benefícios de longo prazo, rescisão de contrato de trabalho, plano de previdência privada, nem remuneração com base em participações societárias para os administradores e outros funcionários.

12. Credor pela concessão

Refere-se ao saldo do ônus da concessão, calculados a valor presente, composto pelos valores devidos ao Poder Concedente pela outorga das concessões das controladas Colinas e Triângulo do Sol. O valor do ônus fixo da concessão foi liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, a partir de março de 2000, e junho de 1998, respectivamente.

O montante do ônus variável é apresentado como segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Parcela Variável</u>	<u>3.402</u>	<u>2.029</u>
<u>Total</u>	<u>3.402</u>	<u>2.029</u>
<u>Circulante</u>	<u>3.402</u>	<u>2.029</u>

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

O ônus variável da controlada Colinas corresponde a 1,5% da receita de pedágio e 23,5% das receitas acessórias efetivamente auferidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. A partir de setembro de 2021 o ônus variável da controlada Triângulo do Sol corresponde a 3% da receita de pedágio e das receitas acessórias efetivamente auferidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 24, de 13 de setembro de 2021, foi definido pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, que durante o período de prorrogação do prazo de concessão determinado, será devido à ARTESP o valor referente ao ônus variável (ônus de fiscalização) sobre as receitas à alíquota de 3%. Até agosto de 2021 a alíquota aplicada foi de 1,5%.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram pagos ao Poder Concedente pelas controladas Colinas e Triângulo do Sol os montantes de R\$10.908 e R\$ 12.907, respectivamente (R\$ 9.324 e R\$ 8.257, em 31 de dezembro de 2020, respectivamente).

13. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

A Companhia e suas controladas são parte em processos administrativos e judiciais pendentes de resolução e correspondentes casos administrativos (não trabalhistas ou tributários), cíveis, trabalhistas e tributários.

A administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas prováveis que possam decorrer de referidos casos e estima que a sua decisão final não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado de suas operações em virtude dos depósitos judiciais existentes.

A Companhia espera que parte dos valores de provisão seja reembolsada, em decorrência dos contratos de seguros de responsabilidade civil contratados, conforme mencionado na nota explicativa n. 23, e reconheceu os valores de reembolso como um ativo separado, na rubrica de Outros Ativos, no montante de R\$21.431 em 31 de dezembro de 2021.

A movimentação do saldo de provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários é conforme segue:

	Consolidado					
	31/12/2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualizações	31/12/2021
Riscos:						
Cíveis (a)	73.073	18.785	(15.774)	(8.908)	7.442	74.618
Trabalhistas (b)	121.943	94.858	(8.331)	(24.577)	15.704	199.597
Tributários	2.104	-	(1.113)	(5)	110	1.096
Outras contingências (c)	32.441	49.139	(25.224)	(7.703)	-	49.152
Total	229.561	162.782	(50.442)	(41.193)	23.256	323.964

	Consolidado					
	31/12/2019	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualizações	31/12/2020
Riscos:						
Cíveis (a)	79.513	19.334	(28.048)	(8.451)	10.725	73.073
Trabalhistas (b)	81.945	37.268	(1.340)	(26.052)	30.122	121.943
Tributários	1.295	805	(4)	(1)	9	2.104
Outras contingências (c)	16.612	16.653	(1.508)	(281)	965	32.441
Total	179.365	74.060	(30.900)	(34.785)	41.821	229.561

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

- (a) Refere-se a casos judiciais, principalmente, a pedidos de indenização por eventos ocorridos nas rodovias, ou discussões judiciais com o Poder Público, inclusive ambientais. O incremento identificado decorre da tese de responsabilidade objetiva (sem culpa) atualmente aceita por parte do judiciário para determinadas situações decorrentes de contratos de serviços públicos.
- (b) Refere-se a pedidos de empregados ou empregados de fornecedores, relativos a horas extras excedentes, adicional de insalubridade entre outros. O incremento identificado decorre de discussões sobre a responsabilidade decorrente do conceito de grupo econômico, conforme legislação trabalhista, e, dentre estes, parte poderá gerar alguma perda para a Companhia, em razão de entendimento processual pelo judiciário trabalhista que denegou seguimento para determinados recursos. Tais casos ainda tem recursos pendentes de julgamento pelos tribunais superiores
- (c) Correspondem substancialmente a processos administrativos do Poder Concedente, em razão do gerenciamento dos indicadores contratuais.

Adicionalmente, as controladas são parte em processos cíveis (indenizações por acidentes nas rodovias e ações declaratórias) no valor de R\$ 130.169 (R\$109.674 em 31 de dezembro de 2020), trabalhistas no valor de R\$ 18.085 (R\$27.666 em 31 de dezembro de 2020), administrativos no valor de R\$ 36.857 (R\$31.976 em 31 de dezembro de 2020) e tributários, decorrentes de casos judiciais de âmbito federal e/ou municipal, no valor de R\$ 44.150 (R\$ 27.196 em 31 de dezembro de 2020), ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus assessores legais, para os quais não foram constituídas provisões.

Dentre os processos cíveis das controladas Colinas e Triângulo do Sol, consta ação declaratória proposta pela ARTESP e o Governo do Estado de São Paulo, na qual se discute a anulação do TAM, que aumentou o prazo de concessão, sendo o risco classificado como possível de perda, de acordo com seus advogados. Em novembro de 2017, o processo cuja parte é a controlada Colinas foi julgado improcedente em 1ª Instância, mantendo a prorrogação da concessão e em maio de 2019 restou publicado acordo confirmando a improcedência da ação em 2ª instância. Aguarda-se andamento do processo com apresentação de eventuais recursos pela ARTESP e Governo do Estado de São Paulo para os Tribunais Superiores. Já o processo cuja parte é a controlada Triângulo do Sol está em fase de instrução e aguarda pela conclusão da perícia e produção de provas requeridas.

O saldo de depósitos e bloqueios judiciais consolidado é de R\$ 229.018 em 31 de dezembro de 2021 (R\$253.212 em 31 de dezembro 2020). O valor de bloqueios judiciais corresponde, principalmente, a processos de natureza trabalhista de terceiros, cujo valor total é de R\$ 437.336 - avaliados com risco de perda provável, possível e remoto - e nos quais as controladas foram envolvidas, apenas, na fase de execução e não figura como responsável (réu) de qualquer ação. A Companhia está adotando todas as medidas cabíveis para reverter o cenário, o qual entende ser equivocado.

Adicionalmente, a Companhia possui, em 31 de dezembro de 2021, depósito judicial, nos montantes de R\$ 67.068 na Controladora e R\$ 121.878 no Consolidado (R\$ 57.751 e R\$ 108.143, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020), relativos à discussão judicial sobre incidência de PIS/COFINS sobre receitas financeiras, e possui Obrigações Fiscais no mesmo montante do referido depósito, sendo apresentados líquidos no passivo.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

14. Provisão para manutenção e investimentos

A provisão para manutenção e investimentos nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos, substituições, serviços de construção e melhorias. Na provisão para investimentos são considerados os valores até o final da concessão e para manutenção são considerados os valores da próxima intervenção que ocorrem, em média, a cada quatro anos, sendo ajustada a valor presente à taxa de 8,56% ao ano (5,56% ao ano, em 2020).

A movimentação do saldo da provisão para manutenção e investimentos é conforme segue:

	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	119.190	76.630	195.820
Adições e atualizações	43.200	(7.073)	36.127
Pagamentos	(73.552)	(4.140)	(77.692)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	88.838	65.417	154.255
Adições e atualizações	77.307	6.153	83.460
Ajuste a valor presente	(1.737)	5.742	4.005
Pagamentos	(43.066)	(1.637)	(44.703)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	121.342	75.675	197.017
Circulante	80.598	23.716	104.314
Não circulante	40.744	51.959	92.703
Total	121.342	75.675	197.017

15. Patrimônio Líquido

O capital social em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é de R\$738.653 e está representado por 209.254 ações ordinárias sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	Quantidade de ações subscritas	Participação
Autostrade Concessões e Participações Brasil Ltda.	104.628	50% + 1 ação
Haulimau Empreendimentos e Participações S.A.	104.626	50% - 1 ação

Reserva de capital

Durante o exercício de 2012, ocorreram transações societárias que resultaram no início das operações da Companhia. No reconhecimento dessas transações foram apurados os valores justos do direito de concessão adquirido na combinação de negócios quando da aquisição do controle da Colinas e Triângulo do Sol, cuja contrapartida foi a rubrica "Reserva de capital" no patrimônio líquido, de forma reflexa, da Companhia.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Reservas de lucros e distribuição de dividendos

A reserva legal é calculada no fim de cada exercício social, no montante equivalente a 5% do lucro líquido, até o valor máximo estabelecido em Lei (20% do capital social).

O lucro remanescente, após as destinações previstas em Lei e destinação de dividendos mínimos obrigatórios de 25%, é classificado na rubrica “Reservas de lucros” e tem sua destinação decidida em assembleia geral ordinária.

16. Receita operacional líquida

A receita é composta conforme a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Receita com arrecadação de pedágio	1.385.258	1.211.569
Outras receitas - contraprestação pecuniária	17.033	16.034
Outras receitas – receitas acessórias	23.056	23.032
Receita de serviços de construção	70.812	120.590
Receita bruta	1.496.159	1.371.225
Impostos sobre a receita:		
Imposto Sobre Serviços – ISS	(69.856)	(61.156)
PIS	(9.279)	(7.609)
COFINS	(42.827)	(35.122)
Receita operacional líquida	1.374.197	1.267.338

17. Custos e despesas por natureza

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de depreciação e amortização	(1.750)	(1.969)
Despesas com prestadores de serviços	(4.566)	(6.238)
Despesas com funcionários	(14.864)	(26.235)
Despesas com materiais e equipamentos	(302)	(195)
Outras despesas	(1.975)	(2.239)
Constituição (reversão) de provisão para contingências	(3.800)	(790)
Outras receitas, líquidas	181	22.838
Total	(27.076)	(14.828)

Classificadas como:

Despesas gerais e administrativas	(27.257)	(14.828)
Outras receitas operacionais, líquidas	181	-
Total	(27.076)	(14.828)

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de conserva, manutenção e operação das rodovias	(110.251)	(46.693)
Despesas de depreciação e amortização (*)	(465.618)	(459.065)
Despesas com o ônus variável da concessão	(25.188)	(17.990)
Despesas com prestadores de serviços	(95.168)	(81.133)
Despesas com funcionários	(125.550)	(91.297)
Despesas com materiais e equipamentos	(32.128)	(25.631)
Despesas com construção	(70.812)	(120.590)
Constituição provisão riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(133.333)	(84.572)
Constituição (Reversão) Reembolso de seguro	1.625	(6.692)
Outras despesas	(15.664)	(14.072)
Outras receitas	39.709	2.607
Total	(1.032.378)	(945.065)
Classificadas como:		
Custo dos serviços prestados	(610.376)	(544.131)
Despesas gerais e administrativas	(434.247)	(403.604)
Outras receitas operacionais, líquidas	12.245	2.670
Total	(1.032.378)	(945.065)

(*) Refere-se à depreciação do ativo imobilizado e intangível, nos valores de R\$ 509 e R\$ 462.126 em 31 de dezembro de 2021, respectivamente (R\$ 537 e R\$ 455.883 em 31 de dezembro de 2021, respectivamente), somada à amortização dos direitos de uso contratuais por conta da aplicação do CPC 06 (R2), no valor de R\$ 2.983 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 2.645 respectivamente, em 31 de dezembro de 2020).

18. Resultado financeiro

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras:		
Outros	2.044	15
Juros com partes relacionadas (nota 11)	18.694	151.901
	20.739	151.916
Despesas financeiras:		
Juros com partes relacionadas (nota 11)	(79.654)	(69.785)
Comissões bancárias e outras	(10.843)	(7.745)
Outras despesas financeiras líquidas	(68)	(6)
	(90.565)	(77.536)
Resultado financeiro	(69.826)	74.380

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras:		
Receita com rendimentos de aplicações financeiras e outras	21.017	40.737
Juros com partes relacionadas (nota 11)	13.519	151.901
Receitas com instrumentos financeiros - hedge	40.423	36.686
Outras receitas com operações de instrumentos financeiros derivativos	17.467	99.543
Outras receitas financeiras	2.201	1.205
	94.627	330.072
Despesas financeiras:		
Variação do ajuste a valor presente	(9.212)	(6.867)
Juros e variações monetárias sobre debêntures	(175.328)	(165.279)
Despesas com instrumentos financeiros - hedge	-	(4.714)
Outras despesas com operações de instrumentos financeiros derivativos	(36.043)	(121.399)
Comissões bancárias e outras	(13.111)	(14.357)
Outras despesas financeiras	(2.097)	(7.408)
	(235.791)	(320.024)
Resultado financeiro	(141.164)	10.048

19. Resultado básico e diluído por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício e a média ponderada das ações, utilizados para o cálculo do lucro básico e diluído por ação:

Básico e diluído	31/12/2021	31/12/2020
Resultado líquido do exercício	(17.496)	(430.091)
Média ponderada de ações durante o exercício	209.254	209.254
Resultado por ação - básico e diluído (em R\$)	(83,61)	(2.055)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação, portanto, o lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

20. Demonstração dos fluxos de caixa

Efeitos nas demonstrações em referência que não afetaram o caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo.

a) Informações suplementares

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2021</u>
Impostos a recuperar – IRRF	-15.386
Obrigações fiscais	41.950
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	26.564
Dividendos recebidos – compensação	436.711
Aumento de capital em controlada	-287.183
Debêntures com partes relacionadas (ativa)	302.569
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	452.097
	-478.661
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	-478.661

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fornecedores	(4.141)	15.239
Utilização de provisão para investimento na aquisição de ativo intangível	1.637	(4.140)
Provisão para investimentos a realizar – intangível	(6.153)	(13.574)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(8.657)	(2.475)
Aquisições do intangível	8.657	2.475
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	8.657	2.475

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

b) Reconciliação das atividades de financiamento (consolidado)

	<u>Instrumentos financeiros derivativos</u>	<u>Debêntures</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	47.987	(1.938.612)	(1.890.625)
Variação dos fluxos de caixa de financiamento			
Debêntures:			
Captações		(378.064)	(378.064)
Pagamento de principal		516.789	516.789
Pagamento de juros		113.248	113.248
Liquidação de instrumentos financeiros	(24.420)	-	(24.420)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(24.420)	251.973	227.553
Outras variações			
Juros e variações monetárias sobre debêntures passivas		(175.328)	(175.328)
Resultado com operação de hedge/swap	21.846	-	21.846
Ajuste de valor justo das debêntures (item protegido)	(21.507)	21.507	-
Total das outras variações	339	(153.821)	(153.482)
Saldo Final	23.906	(1.840.460)	(1.816.554)

A Companhia classificou os juros pagos sobre debêntures como um fluxo de caixa das atividades de financiamento, pois os recursos captados consolidados têm sido utilizados pela Companhia e suas controladas para o resgate de debêntures emitidas anteriormente, no refinanciamento de dívidas e no reforço do seu capital de giro.

c) Dividendos recebidos

A Companhia classifica os dividendos recebidos como um fluxo de caixa das atividades de investimento, visto tratar-se de retorno sobre os investimentos realizados nas Companhias controladas.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. As operações desses instrumentos são realizadas pela área de tesouraria da Companhia e suas controladas, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

Valor justo dos instrumentos financeiros

a) *Instrumentos financeiros registrados ao custo amortizado*

Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

- (i) As contas a receber de clientes e as contas a pagar a fornecedores possuem prazo médio de 30 dias.
- (ii) As contas a receber de partes relacionadas possuem prazo superior a um ano e estão atreladas a operações futuras de empresas vinculadas a um de seus controladores, conforme apresentado na Nota 11, e incorporam taxas de juros a receber até a data do balanço.
- (iii) Credor pela concessão, refere-se ao compromisso assumido com o Poder Concedente, conforme mencionado na nota explicativa n.º 12.

A seguir são apresentados os saldos de instrumentos financeiros, mensurados ao custo amortizado, mantidos pela Companhia conforme suas características:

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Ativos		
Partes relacionadas - contas a receber, mútuo e debêntures	2.137.127	2.473.920
Dividendos a receber	117.734	373.385
Passivos		
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	3.638	302.981
Debêntures com partes relacionadas	1.076.361	1.486.087
Mútuo com partes relacionadas	231.119	220.400

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Ativos		
Partes relacionadas - contas a receber, mútuo e debêntures	2.135.250	2.468.988
Contas a receber de clientes e do Poder Concedente	168.769	148.821
Passivos		
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	72.010	364.332
Debêntures	1.570.961	1.526.616
Credor pela concessão	3.402	2.029

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de Debêntures e Mútuos aos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	Controladora			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (Ativas) com partes relacionadas (*)	2.135.250	2.384.053	2.135.250	2.762.037

(*) Os valores contábeis correspondem a R\$ 2.727.242 em 31 de dezembro de 2021 e 2020 deduzidos de provisão para perdas de créditos esperada, no valor de R\$ 591.991, reconhecida em 31 de dezembro de 2020, conforme mencionado na nota explicativa n.º 11, "d".

	Controladora			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures e Mútuo (Passivos) com Partes Relacionadas	1.307.480	1.345.851	1.706.487	1.670.805

	Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures passivas (*)	1.541.783	1.620.005	1.812.870	1.950.756

(*) Valores líquidos (exceto 4ª emissão da controlada Rodovia das Colinas) dos custos de transação das parcelas não protegidas, conforme mencionado na Nota 10.

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

b) *Instrumentos financeiros derivativos registrados pelo valor justo*

Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. Os equivalentes de caixa estão indexados ao CDI e os valores correspondem ao valor justo na data das demonstrações financeiras (nível 2 – conforme hierarquia de valor justo).

As contratações de instrumentos financeiros derivativos têm o objetivo desde a proteção ao risco de variação da inflação de suas debêntures que possuem correção indexada ao IPCA, conforme demonstrado na Nota 10, bem como, a preservação desta variação, a partir de instrumentos derivativos, denominados "offset swaps", com taxas opostas às dos swaps contratados com o objetivo de proteção (*hedge*) e foram firmadas com várias contrapartes. Os derivativos avaliados com técnicas de avaliação com informações observáveis de mercado são principalmente "swaps" de taxa de juros.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

A Companhia e suas controladas utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros por técnica de avaliação:

- Nível 1: são obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: são obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Nível 3: são os obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Instrumentos financeiros derivativos –hedge	120.303	161.851
Instrumentos financeiros derivativos	96.397	113.864
Debêntures (i)	300.407	427.129

(i) Conforme informado na nota n.º 10, as debêntures de 4ª emissão – 3ª série – emitidas pela controlada Rodovia das Colinas S/A estão sendo mensuradas a valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “hedge” de valor justo.

Em 31 de dezembro de 2021, a controlada Rodovia das Colinas mantinha os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo determinados de acordo com o Nível 2, pois consideram outras variáveis na mensuração, e não apenas o preço dos produtos.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Em 12 de junho de 2013 a controlada Colinas contratou “*swap*” para troca de taxa prefixada de 5,00% a 5,70% ao ano adicional à variação do IPCA, por variação do CDI mais 0,279% a 0,66% ao ano. Essa operação, assim como a dívida (objeto do “*hedge*”), está sendo avaliada de acordo com a contabilidade de “*hedge*” de valor justo.

A posição consolidada desses derivativos em aberto, em 31 de dezembro de 2021, é como segue:

Descrição	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (valor de referência)	Valor de referência (“notional”)	Valor justo (“fair value”) 31/12/2021	Valor justo (“fair value”) 31/12/2020	Efeito acumulado Valor a receber (pagar)
Contrato ponta ativa (taxa pós):							
Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/2013	17/04/2023	IPCA + 5,70%	100.000	114.087	165.809	(51.722)
Banco Itaú S.A.	12/06/2013	17/04/2023	IPCA + 5,70%	157.265	179.419	260.759	(81.340)
Total				<u>257.265</u>	<u>293.506</u>	<u>426.568</u>	<u>(133.062)</u>
Contrato ponta passiva (taxa pós):							
Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/2013	17/04/2023	CD I+ 0,69%	100.000	67.354	102.957	35.603
Banco Itaú S.A.	12/06/2013	17/04/2023	CDI + 0,669%	157.265	105.848	161.760	55.912
Total				<u>257.265</u>	<u>173.202</u>	<u>264.717</u>	<u>91.515</u>
Instrumentos financeiros, líquidos a realizar					120.304	161.851	
Instrumentos financeiros, líquidos							(41.547)
Ajuste de valor justo das debêntures (item protegido)							21.507
Recebimento de instrumento financeiro							<u>60.463</u>
Efeito acumulado no resultado do exercício							<u><u>40.423</u></u>

Em 5 de março de 2018, a controlada Colinas contratou operações de *Swap* a fim de preservar, aos atuais níveis, o valor justo dos derivativos contratados em 2013. A controlada contratou *Swaps* para troca de taxa prefixada de 5,00% a 5,70% ao ano adicional à variação do IPCA (ponta passiva), por variação do CDI mais 10,03% a 22,15% em média ao ano (ponta ativa).

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

A posição desses derivativos em aberto, em 31 de dezembro de 2021, é como segue:

	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (valor de referência)	Valor de referência (nocial)	Valor justo ("fair value") 31/12/2021	Valor justo ("fair value") 31/12/2020	Efeito acumulado valor a receber (pagar)
<u>Contratos ponta ativa</u>							
<u>Taxa pós</u>							
Banco Santander (Brasil) S.A.	05/03/2018	17/04/2023	CDI + 10,10%	100.000	76.690	121.696	(45.006)
Banco Itaú S.A.	05/03/2018	17/04/2023	CDI + 9,98%	157.265	120.419	191.008	(70.589)
Total				257.265	197.109	312.704	(115.595)
<u>Contrato ponta passiva</u>							
<u>Taxa pós</u>							
Banco Santander (Brasil) S.A.	05/03/2018	17/04/2023	IPCA + 5,7%	100.000	114.087	165.809	(51.722)
Banco Itaú S.A.	05/03/2018	17/04/2023	IPCA + 5,7%	157.265	179.419	260.759	(81.340)
Total				257.265	293.506	426.568	(133.062)
Instrumentos financeiros, líquido					(96.397)	(113.864)	17.467
Pagamento de Instrumento Financeiro							(36.043)
Efeito acumulado no resultado do exercício							(18.576)

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da Bolsa de Valores de Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa e trazendo a valor presente, utilizando as taxas de DI de mercado para "swaps", divulgadas, também, pela BM&FBovespa.

Os contratos de "swap" são designados e efetivos como "hedge" de valor justo em relação à taxa de juros. Durante o exercício, o "hedge" foi 100% efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros, e, como consequência, o valor contábil das debêntures foi ajustado em R\$ 16.107 e reconhecido no resultado como despesa financeira no mesmo momento em que o valor justo de "swap" de taxa de juros era reconhecido no resultado.

A Companhia e suas controladas não possuíam contratos de derivativos embutidos.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;

a) Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia e suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é mitigar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Exposição a riscos e de taxas de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de taxas de juros.

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do CDI e do IPCA, relativos a debêntures a receber de partes relacionadas, e debêntures a pagar em reais.

Exceto com relação às debêntures de 3ª série da 4ª emissão da controlada Rodovia das Colinas, onde existem instrumentos de derivativo que amenizam o efeito do IPCA.

As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2021, a administração efetuou análise de sensibilidade, apresentando dois cenários, e foram considerados aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures, líquidos das aplicações financeiras, que poderão gerar impacto nos resultados e nos caixas futuros da Companhia, conforme descrito a seguir:

- Cenário provável: manutenção nos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 31 de dezembro de 2021.
- Cenário II: aumento de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2021.
- Cenário III: aumento de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2021.

Os cenários II e III, de redução de 25% e 50%, foram aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	Valor contábil	Cenário provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Variação do CDI (i)	-	11,79%	14,74%	17,69%
Debêntures indexador				
Debêntures – Colinas	(901.578)	(122.874)	(149.885)	(176.896)
Debêntures – Triângulo	(174.783)	(23.821)	(29.057)	(34.294)
Mútuo – Colinas	(231.119)	(30.091)	(36.978)	(43.865)
Total	(1.307.480)	(176.785)	(215.920)	(255.055)
Aplicações financeiras e mútuo - Indexador				
CDB e operações compromissadas - CDI (ii)	18.045	2.038	2.546	3.054
Mútuo – CDI (iii)	141.592	17.485	21.856	26.228
Exposição líquida – perda	(1.147.843)	(157.262)	(191.518)	(225.773)
Aumento nas despesas financeiras em relação ao cenário-base	-	-	(34.255)	(68.511)

(i) Fonte: Boletim de índices financeiros da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa projetado para 2021.

(ii) Ver Nota n.º 4.

(iii) Ver Nota n.º 11 (referência “b”)

O impacto da variação do CDI sobre as debêntures ativas não foram considerados na análise de sensibilidade acima, uma vez que a receita financeira sobre essas debêntures são integralmente provisionadas para perda.

Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas não apresentavam saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) *Risco de crédito*

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia e suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Administração mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias bancárias contratadas por suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias, a Companhia e suas controladas interrompem a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

As controladas apresentam valores a receber, principalmente, da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A., conforme descrito na Nota 5, decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"). As controladas possuem carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP. Adicionalmente, a controlada Nascentes das Gerais possui valores a receber da SEINFRA referentes à contraprestação pecuniária, previstos no contrato de concessão, que estão garantidos pela CODEMIG por meio de depósito em conta vinculada, conforme mencionado na Nota 5. A aplicação referente a perdas de crédito esperadas não resulta em valores significativos nos instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Abaixo demonstramos a exposição máxima do risco do crédito:

Valor Contábil	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	18.087	50
Contas a receber de partes relacionadas	1.877	6.627
Dividendos a receber	117.734	373.385
Debêntures com partes relacionadas	2.135.250	2.432.645

Valor Contábil	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	572.088	552.316
Contas a receber de cliente e do poder concedente	168.769	148.821
Contas a receber de partes relacionadas	-	34.648
Debêntures com partes relacionadas	2.135.250	2.432.645
Instrumentos financeiros derivativos	23.906	47.987

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é monitorado por um modelo de gerenciamento que determina as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Administração gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas e linhas de crédito bancário para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa, previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros consolidados não derivativos da Companhia e de suas controladas e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. À medida que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício:

Modalidade	Valor contábil	Juros estimados (i)	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Circulante	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 6 anos	Não Circulante	Total
Ativos circulantes e não circulantes:										
Contas a receber	168.769	-	99.518	-	99.518	69.251	-	-	69.251	168.769
Debêntures - partes relacionadas	1.132.697	158.459	-	234.096	234.096	1.057.059	-	-	1.057.059	1.291.155
Contas a receber - partes relacionadas	174.783	9.637	-	184.420	184.420	-	-	-	-	184.420
Instrumentos financeiros líquidos	120.303	(2.846)	-	57.206	57.206	60.251	-	-	60.251	117.457
Outras contas a receber	10.724	-	-	10.724	10.724	-	-	-	-	10.724
Total	1.607.276	165.250	99.518	486.446	585.964	1.186.561	-	-	1.186.561	1.772.525
Passivos:										
Debêntures – principal (ii)	(1.819.896)	(245.867)	-	(183.259)	(183.259)	(698.773)	(600.272)	(583.459)	(1.882.504)	(2.065.763)
Debêntures – juros	(44.620)	(548.143)	-	(164.610)	(164.610)	(210.517)	(134.024)	(83.611)	(428.153)	(592.763)
Credor pela concessão (iii)	(3.402)	-	(3.402)	-	(3.402)	-	-	-	-	(3.402)
Fornecedores e partes relacionadas	(71.986)	-	(24.073)	(47.913)	(71.986)	-	-	-	-	(71.986)
Instrumentos financeiros líquidos	(96.397)	(184.948)	-	40.654	40.654	52.225	-	-	52.225	92.879
Outras contas a pagar	(11.225)	-	(6.082)	(5.143)	(11.225)	-	-	-	-	(11.225)
Total	(2.050.941)	(604.734)	(33.824)	(361.073)	(394.897)	(859.411)	(734.296)	(667.070)	(2.260.778)	(2.655.675)
Exposição líquida	(443.665)	(439.484)	65.694	125.373	191.067	327.150	(734.296)	(667.070)	(1.074.217)	(883.150)

(i) Fluxos de caixa futuros relacionados a taxas variáveis foram projetados com base nos índices de 31 de dezembro de 2021 aplicados e mantidos constantes até os vencimentos dos contratos.

(ii) Amortização de principal e pagamento de juros calculados de acordo com as previsões da escritura das debêntures das controladas Colinas, Triângulo do Sol e Nascentes das Gerais. As amortizações de principal da 2ª e 3ª série da controlada Colinas e 2ª série da controlada Triângulo do Sol tiveram atualização monetária por IPCA, conforme escritura.

(iii) Valores nominais.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

22. Gestão de Risco de Capital

A administração gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Índice de endividamento

O índice de endividamento da controladora e do consolidado é o seguinte:

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Dívida - partes relacionadas	1.307.480	2.003.781
Caixa e equivalentes de caixa	(18.087)	(50)
Dívida líquida	1.289.393	2.003.731
Patrimônio líquido	2.714.850	2.732.346
Índice de endividamento líquido	0,47	0,73

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Dívida - debêntures (*)	1.871.368	1.953.745
Caixa e equivalentes de caixa	(572.088)	(552.316)
Dívida líquida	1.299.280	1.401.429
Patrimônio líquido	2.714.850	2.732.346
Índice de endividamento líquido	0,48	0,51

(*) Dívida bruta, sem o efeito dos custos de transação, conforme nota explicativa n.º 10.

A Companhia possui índice de endividamento líquido de 0,48 em 31 de dezembro de 2021 (0,51 em 31 de dezembro de 2020), como resultado da 4ª, 5ª, 7ª, 9ª, e 10ª emissões de debêntures públicas da controlada Rodovias das Colinas, e 5ª emissão de debêntures públicas da controlada Nascentes das Gerais, conforme nota explicativa n.10, cujos recursos foram destinados para usos gerais e reforço de caixa das controladas.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

23. Seguros contratados

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas do mesmo ramo.

Em 31 de dezembro de 2021, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização	Vencimento do contrato
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Danos materiais à rodovia	74.671	Setembro/2022
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Perda de receita (cobertura acessória)	169.982	Setembro/2022
Seguro riscos responsabilidade civil	Danos materiais e corporais a terceiros	206.879	Setembro/2022
Seguro-garantia	Funções operacionais e de conservação	688.829	Setembro/2022
Seguro-garantia	Garantia de ampliação de concessão	113.650	Setembro/2022

24. Eventos subsequentes

a) Em 15 de fevereiro de 2022, por meio de Ata do Conselho de Administração da Companhia, foi deliberado acerca da parcela de ágio fiscal amortizado pela controlada Triângulo do Sol Auto Estradas S.A. e não autuado pela Receita Federal do Brasil; bem como, acerca das parcelas de ágio fiscal amortizado e não amortizados pela controlada Rodovia das Colinas S.A. e também não autuado pela Receita Federal do Brasil; ambos temas em sequência ao quanto deliberado na reunião do Conselho de Administração de 23 de dezembro de 2021, nos seguintes termos:

- (ii) Aprovação do ajuizamento do ágio pela controlada AB Triângulo, mediante depósito judicial do valor amortizado, acrescido de juros e multa de 20% do valor, totalizando R\$ 81.111, com o consequente pedido de declaração de legalidade para discutir o mérito de aproveitamento de tal ágio fiscal, sendo que, nesta mesma causa fora ajuizado o pedido de restituição do ágio da AB Triângulo, deliberado na reunião do Conselho de Administração de 23 de dezembro de 2021;
- (iii) Aprovação do ajuizamento do ágio pela controlada AB Colinas, mediante depósito judicial do valor amortizado, acrescido de juros e multa de 20% do valor, totalizando R\$ 55.516, com o consequente pedido de declaração de legalidade para discutir o mérito de aproveitamento de tal ágio fiscal, bem como, pedido de declaração do direito de amortizar a parcela ainda não amortizada.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

b) Em fevereiro de 2022 foi assinado aditamento ao Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado, em 06 de agosto de 2021, no qual a AB Concessões S.A. firmou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, tendo a controlada em conjunto Rodovias do Tietê – em Recuperação Judicial - como interveniente anuente, para alienação da totalidade das Ações e dos Créditos Intercompany.

O Aditivo tem como objetivo alterar e prorrogar o prazo final para o fechamento da Operação, conforme previsto na Cláusula 4.7. “(i)” do Contrato de Compra e Venda, para o dia 5 de maio de 2022, de modo que, encerrado tal prazo, qualquer uma das Partes poderá, a seu exclusivo critério, de forma unilateral, rescindir o Contrato de Compra e Venda.

O Contrato de Compra e Venda possui uma série de condições suspensivas para que a Operação seja levada a efeito, dentre as quais a aprovação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP. Ademais, considerando o disposto no plano de recuperação judicial, no âmbito do processo nº 1005820- 93.2019.8.26.0526 em trâmite na 1ª Vara da Comarca de Salto, Estado de São Paulo (“**Juízo**”), homologado pelo Juízo em 30 de setembro de 2021, a celebração do Aditivo foi submetida à aprovação, em Assembleia Geral de Debenturistas, convocada para tal fim, pelos titulares da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública da Companhia, que deliberaram pela suspensão da referida aprovação por até 60 dias a contar da Assembleia Geral de Debenturistas de 31 de março de 2022.